

PLANO MUSEOLÓGICO

Museu Olímpico do Rio

Coordenação Técnica

Lucas Olles
Historiador | Museólogo Técnico

Responsáveis técnicos

Mateus de Menezes de Carvalho
Museólogo 4R 390-I

Nathalia Gianini Reys
Museóloga 4R 364-I

São Paulo, 30 de agosto de 2024.

Sumário

Apresentação	3
Justificativa	5
Metodologia	6
Diagnóstico Global	7
Objetivos Gerais	8
Objetivos Específicos	8
Um breve panorama museológico brasileiro	9
Etapa 1 - Definição operacional	11
Histórico do Museu Olímpico do Rio	11
Transformações Olímpicas no Rio de Janeiro	12
O Legado do Parque Olímpico do Rio de Janeiro	13
Museu Olímpico do Rio	14
Missão	15
Visão	15
Valores	15
Etapa 2 - Programas Museológicos	16
Programa Institucional	16
Programa de Gestão de Pessoas	18
Programa de Acervo	24
Programa de Exposições	33
Programa Educativo e Cultural	37
Programa de Pesquisa	38
Programa Arquitetônico-Urbanístico	39
Programa de Segurança	41
Programa de Financiamento e Fomento	42
Programa de Comunicação	44
Programa Socioambiental	47
Programa de Acessibilidade Universal	48
Etapas 3 - Projetos	50
Glossário	51
Referências Bibliográficas	53
Anexo	56

Apresentação

Este documento representa a consolidação das diretrizes museológicas do Museu Olímpico do Rio, delineando metas a serem alcançadas e estabelecendo os rumos futuros para o seu funcionamento. A elaboração deste Plano Museológico tem como objetivo principal a definição das estratégias e do escopo museológico do projeto, alinhado ao conceito estabelecido pela Prefeitura do Rio de Janeiro e à missão da Rede de Museus Olímpicos. Isso proporciona um embasamento conceitual e técnico essencial para as fases de implantação e operação futuras, com foco prioritário na promoção de ações que atendam à sua função social, tornando-se um guia fundamental para a trajetória do museu.

O Plano Museológico desempenha um papel de vital importância ao orientar a gestão de museus, favorecendo a integração entre diferentes domínios do conhecimento. Ele representa uma ferramenta de planejamento estratégico cuja finalidade é organizar e priorizar as ações necessárias para o cumprimento da missão da instituição, além de servir como documento norteador ao longo de seu desenvolvimento. A relevância do Plano Museológico é tão significativa que ele foi incorporado ao Estatuto de Museus, conforme a Lei nº 11.904/2009, dedicando-lhe uma seção específica que detalha suas diretrizes. Isso reforça a obrigação das instituições museológicas em elaborar e implementar esse plano, garantindo, assim, uma gestão eficaz e alinhada com sua missão institucional.

Diversas metodologias podem ser empregadas na concepção e execução desses processos de trabalho, muitas vezes refletindo diferentes modelos de gestão ou adaptando-se às áreas de atuação do museu. Não obstante as múltiplas funções desempenhadas, segundo a professora Maria Cristina Bruno¹, a maior contribuição de um Plano Museológico reside na integração de três fatores essenciais: o reconhecimento da verdadeira vocação do museu (sua natureza museal) e os compromissos públicos correspondentes; a delimitação dos limites e conexões entre atividades de apoio e atividades centrais de uma instituição museológica, juntamente com a qualificação e especialização necessária para o delineamento de suas diretrizes programáticas (fenômeno museológico); e, por fim, a perspectiva de conduzir ações processuais que são continuamente avaliadas e integradas a políticas públicas mais amplas (processos museológicos).

Como uma diretriz fundamental para a gestão do Museu Olímpico do Rio, é fortemente recomendável que o presente Plano Museológico seja submetido a revisões periódicas, a cada intervalo de cinco anos. Contudo, dado o contexto singular do museu, que ainda não foi inaugurado e carece de uma equipe plenamente constituída, torna-se imperativo realizar uma revisão anual. Essa avaliação anual tem como finalidade monitorar de perto a implementação do plano, garantindo sua conformidade com as diretrizes estabelecidas atualmente pelo e pela Política Nacional de Museus. Após a superação da fase inicial, a prática de revisões regulares a cada quinquênio será mantida, assegurando a contínua eficácia do Plano Museológico.

O Plano é dividido em três partes, sendo elas: caracterização do museu; Programas Museológicos; e Projetos. A primeira visa entender como a instituição foi formada, seu histórico, quais são suas intenções e seu papel social, com sua missão, visão e valores, além de traçar um panorama geral de seus pontos fortes e fracos, diante do contexto em que está inserida. A segunda parte, se dedica a constituir 12 programas com proposições de ações corretivas ou de desenvolvimento da instituição, a partir de um

¹Professora Titular em Museologia no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo - MAE/USP.

diagnóstico setorial de cada área. Por fim, os Projetos condensam todas as iniciativas estabelecendo uma visão geral do que necessita ser desenvolvido, bem como métricas e prazos para cada uma das ações. Vale ressaltar que o Plano Museológico foi desenvolvido por profissionais habilitados na área de Museologia, com o intuito de mediar, ou seja, de construir pontes entre os recursos que a instituição já dispõe e os ajustes necessários para sua adequação dentro com campo legal e de boas práticas no campo dos museus, sejam eles nacionais ou internacionais. Sendo assim, o presente documento não se trata de uma imposição, mas sim de um caminho desejável, que necessitará de engajamento e desejo político para que o Museu seja sustentável, em todos os sentidos.

A fim de promover a acessibilidade informacional para diferentes públicos, foi elaborado, ao final do documento, um glossário que contempla termos técnicos utilizados nos diferentes diagnósticos realizados. Este recurso visa esclarecer conceitos específicos, garantindo uma compreensão abrangente dos programas e das estratégias a serem implementadas. O glossário é uma ferramenta essencial para promover a transparência e facilitar a compreensão, contribuindo para a eficácia das medidas observadas como importantes para o funcionamento do Museu.

Justificativa

O Museu Olímpico do Rio deve iniciar suas atividades com um planejamento estratégico abrangente por uma série de razões cruciais. Primeiramente, ele oferece uma direção estratégica sólida desde o início, garantindo que o museu seja construído com uma visão clara e metas bem definidas alinhadas à sua missão. Além disso, proporciona eficiência operacional, identificando as melhores práticas e estratégias para a gestão de recursos e execução de atividades.

A legislação brasileira torna obrigatória a elaboração de um planejamento estratégico para todos os museus do país, o que não é diferente para o Museu Olímpico do Rio. Cumprir essa lei é essencial para operar legalmente como um museu e, ao mesmo tempo, demonstra compromisso com padrões profissionais e boas práticas no campo museológico, aumentando a credibilidade da instituição.

Outros pontos fundamentais, dizem respeito à transparência e à responsabilidade que passam a ser promovidas por este documento, criando um guia claro para a gestão do museu e ajudando a evitar desvios ou práticas inadequadas junto à sociedade. Além disso, ao definir metas, programas e projetos, ele facilita o planejamento financeiro, permitindo uma alocação adequada de recursos financeiros.

Esse planejamento também oferece orientação para o desenvolvimento futuro do museu, identificando áreas prioritárias de atuação e projetos a serem implementados, mantendo o foco e a direção a longo prazo. Quando há uma estrutura bem definida, há conseqüentemente maior facilidade na busca de parcerias e de captação de recursos, uma vez que o Plano Museológico imprime compromisso, com metas claras.

Em resumo, um planejamento estratégico proposto é uma ferramenta fundamental para garantir o sucesso e a sustentabilidade do Museu Olímpico do Rio, fornecendo uma gama de ações sólidas, que orientam o desenvolvimento contínuo da instituição em conformidade com as regulamentações legais, tornando-o um guia valioso para a trajetória do museu desde o seu nascimento.

Metodologia

A elaboração do Plano Museológico para o Museu Olímpico do Rio teve início com um Diagnóstico Global, utilizando a Análise SWOT para avaliar o contexto geral da instituição. Essa ferramenta, recomendada por manuais de Museologia, identificou os pontos fortes e fracos internos, além de oportunidades e ameaças externas.

Em seguida, foram realizados Diagnósticos Setoriais por meio de entrevistas e coleta de dados com os profissionais envolvidos no Projeto de Criação do Museu, liderado pela YDreams. Essa abordagem proporcionou uma análise detalhada de cada área, revelando necessidades, desafios e metas específicas.

Além desses diagnósticos, foi conduzida uma análise bibliográfica para embasar o Plano Museológico em conhecimentos e práticas reconhecidas no campo da museologia. Isso incluiu a revisão de literatura especializada, regulamentos, normas e legislações aplicáveis a museus, garantindo conformidade com as boas práticas e padrões técnicos.

Os Diagnósticos Setoriais, relacionados aos 12 programas, ofereceram uma análise detalhada e abrangente, influenciando o uso de recursos, estratégias para o público-alvo, gestão de coleções e processos de trabalho. A diversidade desses diagnósticos determinou a situação global do museu.

As ferramentas e técnicas utilizadas, como pesquisas, entrevistas e análise de documentos, foram adaptadas conforme as necessidades específicas de cada museu. Essa flexibilidade é crucial para alinhar as metas de cada programa aos objetivos do Plano Museológico.

Por fim, destaca-se a importância da colaboração de profissionais especializados em museologia para realizar o diagnóstico de forma eficaz, traçando rotas que aproximem a realidade dos valores da instituição. Essa sinergia é fundamental para o sucesso na implementação das estratégias delineadas no Plano Museológico.

Diagnóstico Global

	Fatores Positivos	Fatores Negativos
Ambiente Interno	<p>Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ser um museu original; - Acervo com tipologias diversificadas e muitas possibilidades de diálogos; - Criação do museu ser concomitante a sua abertura ao público; - Temática de interesse de jovens e adultos; - Narrativas acessíveis e inovadoras; - Temas sobre inclusão e protagonismo de pessoas com PcD; - Museografia atual e interativa; - Evoca o sentimento de comunidade global; - Nasce com um projeto estruturado em conformidade com a legislação de museus; - O edifício ter abrigado as Olimpíadas; - O uso público do espaço para esportes; - Valorização da cidade do Rio de Janeiro; - Trabalho com memória afetiva; - Trabalho colaborativo e interdisciplinar entre diferentes áreas do conhecimento; - Divulgação de temas sensíveis e pouco financiados no Brasil, como a profissão de atleta; - Ampla área expositiva. 	<p>Fraquezas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Poucos exemplares de cada objeto; - Pouca segurança contra perda e dissociação do acervo; - Necessidade de definição da equipe técnica; - Necessidade de definição do Regimento Interno; - Custos com manutenção de infraestrutura predial, segurança, tecnologia e da expografia; - Diferentes dirigentes em um mesmo espaço; - Falta de espaço administrativo para as atividades operacionais do museu; - Falta de modelos de financiamento e contratação.
Ambiente Externo	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construção de espaços técnicos adequados; - Realização de pesquisas de público e espaço; - Possibilidade de consolidar um planejamento de Gestão de Riscos que contemple todos os espaços do Museu; - Fortalecimento do turismo; - Fortalecimento de um novo circuito cultural; - Possibilidade de parcerias com instituições nacionais e internacionais; - Aprovação em editais; - Ampliação de serviços de atendimento a diversos públicos; - Retorno de mídia / Valorização pela mídia; - Engajamento da população local, do bairro, assim como da cidade do Rio de Janeiro; - Programações inclusivas e atrativas para o público; - Alto índice de visitação do Museu Olímpico do Rio; - Criação de empregos; - Adequação dos espaços e constante melhorias nos espaços administrativos; - Sustentabilidade financeira 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Probabilidade de custos futuros com manutenção de equipamentos tecnológicos e expositivos; - Cortes orçamentários; - Descontinuidade ou a falta de adesão do Plano Museológico; - Estagnação/ Desatualização; - Alto investimento de recursos materiais e humanos para a operacionalização do Museu; - Falta de transparência na gestão; - Problema com a climatização dos espaços expositivos; - Necessidade de atualização dos discursos curatoriais e/ou expográficos e museográficos com pouco tempo para abertura ao público; - Falta da continuidade de uma política de aquisição de acervos; - Não cumprimento da missão institucional; - Falta de programação cultural e ações educativas; - A possibilidade de não adesão do público.

Objetivos Gerais

1. Priorizar a implementação de práticas de conservação para preservar, expandir e facilitar o acesso ao acervo;
2. Fomentar a educação e conscientização sobre o legado olímpico, promovendo a integração com diversas comunidades;
3. Desenvolver e apoiar ações que promovam a colaboração e inclusão de iniciativas esportivas.

Objetivos Específicos

1. Implementar um sistema de gestão de acervo com foco na preservação do acervo;
2. Adquirir novos artefatos, documentos e materiais relacionados aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016;
3. Digitalizar o acervo e disponibilizá-lo online;
4. Valorizar o legado urbano e social dos Jogos Olímpicos;
5. Realizar atividades culturais que envolvam a comunidade esportiva e local;
6. Oferecer conteúdo interativo atualizado em ações expográficas, educativas e culturais;
7. Fomentar a pesquisa e programas de estágio;
8. Garantir a acessibilidade e inclusão para todas as pessoas;
9. Apoiar eventos de temática esportiva olímpica e paraolímpica;
10. Valorizar o Parque Olímpico como parte do patrimônio da cidade do Rio de Janeiro;
11. Promover o uso do Parque Olímpico pela comunidade;
12. Preservar e promover a História Olímpica;
13. Incentivar a integração entre Cultura, Educação e Esporte;
14. Proteger a integridade dos Atletas e do Esporte;
15. Estabelecer uma parceria com o Comitê Olímpico Internacional (COI);
16. Integrar o Museu Olímpico do Rio à Rede de Museus Olímpicos.

Um breve panorama museológico brasileiro

No século XX, assistimos à adoção de novos padrões intelectuais nas esferas educacionais, científicas e culturais. Paralelamente surgiu uma nova geração de organizações com alcance global, como a Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura (UNESCO) e, posteriormente, o Comitê Internacional de Museus (ICOM). Ambas tiveram influência nas políticas relacionadas ao patrimônio cultural e natural.

Movimentos iniciados a partir de 1970, como a Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), corroboram para um processo de discussão, não só sobre o lugar que a sociedade ocupa dentro dos museus, mas como o próprio museu se coloca como instituição, se redefinindo e dando sentido a preservação e ao uso de suas coleções. Paulo Freire nos lembra que a questão fundamental não está no que o passado deixou, mas na maneira crítica, desperta, com que entendemos a presença do passado em reflexões/contribuições para o presente.

A aprovação da Política Nacional de Museus (PNM) em 2003 e do Estatuto de Museus representou um marco importante. Além disso, a influência do Conselho Internacional de Museus (ICOM), juntamente com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), desempenhou um papel crucial nesse processo. A criação de novos cursos de Museologia também desempenhou um papel fundamental na promoção da nova museologia e ampliação do mercado de trabalho. A museologia tenta romper com o tradicionalismo, passando a não operar somente com suas coleções, mas com os territórios, as cidades e os movimentos sociais, abertos a repensar sua atuação cultural de forma representativa. Em outra parte, é a função documental do museu (por meio de um acervo, completado por um banco de dados) que garante não só a democratização da experiência e do conhecimento humano e da fruição dos bens culturais, como, ainda, a possibilidade de fazer com que a mudança, o atributo de toda realidade humana, deixe de ser um salto do escuro para o vazio e passe a ser inteligível.²

No cenário atual, os museus desempenham um papel central em debates acalorados sobre patrimônio, propriedade cultural e repatriação de coleções. Questões emergentes surgem, - como a legítima reivindicação da posse de artefatos históricos - por parte de uma sociedade, uma cultura, uma nação ou a humanidade como um todo. Além disso, surgem questionamentos sobre como diferentes grupos sociais utilizam objetos para moldar suas identidades. Museus, que costumavam privilegiar certas narrativas em detrimento de outras, estão agora revendo suas abordagens de forma decolonial e democrática, buscando reconhecer agentes históricos que foram invisibilizados ou marginalizados ao longo da história, tornando-se conscientes de que não são entidades neutras.

A partir do trabalho conjunto entre diferentes esferas da sociedade, os museus pensam suas ações de pesquisa, preservação e comunicação a partir do patrimônio cultural, bem como de cada indivíduo e da coletividade. A articulação entre os saberes científicos e populares, o diálogo entre a linguagem técnica e leiga, tem como objetivo refletir, compreender e solucionar os problemas que nós como sociedade enfrentamos, além de contribuir para a construção de uma civilização mais justa e igualitária.

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os

² Ver Ulpiano Bezerra de Meneses (1994).

museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento. (ICOM, 2022)

Em 2022, o conceito de museu foi revisto por meio de um processo colaborativo que se estendeu por quase dois anos e contou com a participação de milhares de profissionais de todo o mundo. No Brasil, mais de 1.600 pessoas se envolveram nos debates promovidos pelo Comitê Brasileiro do ICOM. No encontro global promovido pelo ICOM em Praga, capital da República Checa, naquele mesmo ano.

Etapa 1 - Definição operacional

Histórico do Museu Olímpico do Rio

O Museu Olímpico do Rio, localizado na Barra da Tijuca, é uma expressão vívida da herança deixada pelos Jogos Olímpicos de 2016 no Parque Olímpico do Rio de Janeiro. Formalizado em junho de 2022 pela Prefeitura do Rio e Ministério da Cidadania, o termo de retomada da gestão do Velódromo é um componente essencial dos planos de legado para o parque.

A criação do museu, em conformidade com a Lei nº 11.904, promulgada em 2009, destaca sua relevância no panorama museológico brasileiro. Além de atender às diretrizes legais de acessibilidade, o museu inova ao proporcionar não apenas espaços adaptados, mas também ao empoderar pessoas com deficiência, reconhecendo-as como protagonistas capazes de superar barreiras físicas e sociais.

A busca pela inclusão se estende à narrativa do museu, que tenta apresentar os Jogos Olímpicos pela perspectiva brasileira, destacando agentes sociais muitas vezes marginalizados. Esta narrativa multifacetada, embora desafiadora, visa representar a diversidade de atuações, rostos e corpos no "país do futebol"³.

A exposição lúdica e interativa do museu, resultado de mais de 800 horas de prototipação, oferece aos visitantes diferentes jornadas. A colaboração entre a equipe arquitetônica e a equipe de experiência do usuário evidencia a transformação gerada pela partilha de ideias e perspectivas.

Com potencial para se tornar uma instituição de destaque no país, o museu utilizará tecnologias inovadoras para preservar e comunicar a história olímpica, com foco especial nos Jogos sediados pelo Rio de Janeiro. A exposição permanente, distribuída em 3 mil metros quadrados, abordará de maneira lúdica e interativa a história das Olimpíadas, destacando a diversidade cultural brasileira à luz do evento esportivo.

Para o futuro, a integração do Museu na Olympic Museums Network (OMN) é desejável. Fundada em 2006 em Lausanne, Suíça, essa rede coopera em aquisições, tratamento de coleções, intercâmbio educativo e desenvolvimento estratégico. A filiação requer alinhamento com normativas éticas, abertura ao público e dedicar 25% da temática ao movimento olímpico.

No cenário pós Jogos Olímpicos de 2016, o Rio de Janeiro enfrenta desafios decorrentes da crise sanitária, impactando a dinâmica da cidade e do museu. A Barra da Tijuca, com sua homogeneidade socioeconômica, vê no museu uma oportunidade para atrair novos públicos e revitalizar o parque. A inauguração do Museu se alinha às transformações urbanísticas e socioculturais no Rio, impulsionadas pelo evento global de 2016.

³O Museu apresenta muito mais do que esse estereótipo.

Transformações Olímpicas no Rio de Janeiro

Em 2 de outubro de 2009, por volta das 13h30, horário de Brasília, o suspense deu lugar à euforia quando o Rio de Janeiro foi anunciado como sede dos Jogos de 2016. Marcando o início de uma era de celebração e transformação, os Jogos, agora cariocas, foram respaldados pelo slogan "Viva sua paixão". A festa da vitória, refletindo a aprovação massiva da população carioca (85%, segundo pesquisa do Comitê Olímpico Internacional), ocorreu na orla de Copacabana, com telões transmitindo o resultado e multidões festejando.

Inspirado pela transformação urbana de Barcelona em 1992, o Rio encarou os Jogos como uma oportunidade para mudanças, alinhadas às prioridades de seu plano diretor. O princípio orientador era claro: os Jogos deveriam beneficiar a cidade. Essa abordagem estratégica diferenciou o projeto carioca da concorrência (Chicago, Tóquio e Madri), tornando-o inovador em termos de estrutura e economia de custos.

Ao longo da jornada rumo a 2016, o Rio investiu não apenas em instalações esportivas, mas também em obras e projetos para garantir um legado duradouro. Cada R\$1 investido pela prefeitura em instalações esportivas foi acompanhado por outros R\$5 em iniciativas para melhorar a qualidade de vida da população. O planejamento priorizou transporte, mobilidade, educação inclusiva, saúde e urbanização.

O projeto dos Jogos, alinhado ao Plano Diretor e às prioridades do Rio, desencadeou uma significativa intervenção urbana em toda a cidade. A população experimentou mudanças diversas, vivenciando reformas aceleradas e a entrega de projetos há muito esperados. Destacou-se a melhoria da infraestrutura de transporte, resultando em um aumento expressivo (de 18% para 63%) no uso do transporte público após a conclusão dos projetos, segundo dados da Prefeitura.

A expansão do esgotamento sanitário na Zona Oeste, iniciada em 2012, beneficiou 21 bairros e transformou radicalmente os serviços de coleta e processamento de esgoto. A construção do Piscinão da Praça da Bandeira, entregue em 2013, controlou enchentes na Grande Tijuca, antecipando-se como legado antes dos Jogos. A infraestrutura eficiente passou a evitar transtornos causados por chuvas intensas.

O destaque na área de transporte foi a implantação do Bus Rapid Transit (BRT), uma opção mais flexível e econômica. O Rio optou por esse sistema, visto como uma escolha estratégica para atender às necessidades dos Jogos, superando desafios políticos e custos associados à expansão do metrô.

Além das mudanças diretamente vinculadas aos Jogos, o Rio de Janeiro concentrou esforços em áreas como recuperação de áreas degradadas, controle de enchentes e ampliação da rede de saneamento. Houve avanços notáveis na saúde básica e na educação pública, refletindo o compromisso com a transformação da cidade, não apenas para o evento esportivo, mas como um legado duradouro.

O Legado do Parque Olímpico do Rio de Janeiro

O Parque Olímpico do Rio de Janeiro, construído para sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, destaca-se como uma contribuição duradoura para a cidade. Projetado não apenas para os eventos esportivos, mas também para criar um legado significativo, o parque abriga diversas instalações esportivas de classe mundial, como o Estádio Olímpico, a Arena Carioca 1, a Arena Carioca 2, a Arena Carioca 3, o Velódromo e o Parque Aquático Maria Lenk.

Além de oferecer infraestrutura para competições esportivas, o Parque Olímpico é um espaço versátil, incluindo áreas de lazer, espaços verdes e estrutura para eventos culturais e esportivos. A Arena Carioca 3, que atualmente atende mais de duas mil pessoas com diversas atividades esportivas, está se transformando em um Ginásio Experimental Olímpico (GEO). Sob a administração da Prefeitura do Rio, o GEO continuará a promover atividades diversificadas, desde musculação, passando por dança e esportes variados, que trarão benefícios para até 850 alunos em horário integral.

Estudos ressaltam a importância de considerar o prazer na prática de atividades físicas ao planejar intervenções para aumentar os níveis de tais práticas. O GEO busca integrar essa perspectiva, reconhecendo que o prazer e a diversão desempenham um papel fundamental na manutenção da atividade física. Considerando os motivadores, barreiras e preferências individuais, o GEO oferecerá uma variedade de opções para aumentar a adesão do público.

O Parque Olímpico não é apenas um marco dos Jogos de 2016, mas um legado multifacetado para o Rio de Janeiro. Além de ter sido o epicentro das Olimpíadas, representa uma herança valiosa em termos de infraestrutura esportiva e cultural para os cariocas. Oferecendo oportunidades para um estilo de vida mais ativo e saudável, o parque continua a ser um local dinâmico para a prática de atividades esportivas, eventos culturais e competições, promovendo a vitalidade esportiva na cidade.

Museu Olímpico do Rio

O Museu Olímpico do Rio não é apenas uma instituição; é uma visão cuidadosamente concretizada. Desde a sua concepção, o museu se destaca por sua adesão à Lei nº 11.904, que exige a elaboração e revisão contínua de um Plano Museológico para todos os museus brasileiros. Este compromisso vai além das obrigações legais, pois o museu abraça princípios fundamentais de acessibilidade e inclusão, buscando representar e acolher uma ampla diversidade de agentes sociais e refletir a riqueza cultural do país.

A criação do museu, formalizada pelo Decreto Nº 54978, datado de 19 de agosto de 2024⁴, confirma sua relevância no cenário museológico brasileiro. O Decreto está alinhado com o artigo 215 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que garante a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional. Também está em conformidade com o artigo 337 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, que estabelece o compromisso do Município em estimular a produção, valorização e difusão da cultura em suas múltiplas manifestações.

O Rio Museu Olímpico será integrado à Olympic Museum Network (OMN), uma rede global que conecta museus dedicados ao tema olímpico, ampliando sua relevância e alcance internacional. O Conselho Curador específico será criado e regulamentado por um decreto separado, garantindo a governança e o desenvolvimento contínuo do espaço cultural. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, marcando o início oficial de um importante projeto cultural para a Cidade do Rio de Janeiro.

A busca pela inclusão é um aspecto central da narrativa do museu, que se propõe a apresentar os Jogos Olímpicos a partir de uma perspectiva brasileira. O museu destaca agentes sociais muitas vezes marginalizados, refletindo a diversidade cultural do país. A exposição lúdica e interativa, resultado de mais de 800 horas de prototipação, oferece aos visitantes experiências variadas, evidenciando a colaboração entre a equipe arquitetônica e a experiência do usuário.

Com potencial para se tornar uma instituição de destaque nacional, o museu utilizará tecnologias inovadoras para preservar e comunicar a história olímpica, com um foco especial nos Jogos sediados pelo Rio de Janeiro. A exposição permanente, distribuída em 3 mil metros quadrados, abordará a história das Olimpíadas de maneira lúdica e interativa, destacando a diversidade cultural brasileira.

A integração do museu à Olympic Museums Network (OMN) é desejável para o futuro. Fundada em 2006 em Lausanne, Suíça, essa rede coopera em aquisições, tratamento de coleções, intercâmbio educativo e desenvolvimento estratégico. A filiação exige alinhamento com normativas éticas, abertura ao público e a dedicação de 25% da temática ao movimento olímpico.

No cenário pós-Jogos Olímpicos de 2016, o Rio de Janeiro enfrenta desafios decorrentes da crise sanitária, o que impactou a dinâmica da cidade e do museu. A Barra da Tijuca, com sua homogeneidade socioeconômica, vê no museu uma oportunidade para atrair novos públicos e revitalizar o parque. A inauguração do Museu se alinha às transformações urbanísticas e socioculturais no Rio, impulsionadas pelo evento global de 2016.

⁴ Ver decreto em anexo neste documento.

De acordo com os dados fornecidos pela Prefeitura do Rio de Janeiro, o espaço físico do Museu Olímpico é distribuído da seguinte forma: o térreo possui uma área de 338,78 m², enquanto o saguão (concourse) tem 487,27 m². O perímetro total do museu, abrangendo todos os seus espaços, atinge 2.214,67 m². Esses números refletem a extensão e a distribuição do espaço disponível, proporcionando uma visão abrangente das dimensões físicas do museu conforme os registros oficiais da administração municipal.

Missão

O Museu Olímpico do Rio pesquisa e divulga a história dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio-2016, promovendo a valorização da memória esportiva de atletas brasileiros e o legado das olimpíadas para a cidade do Rio de Janeiro.

Visão

Ser um espaço de referência sobre a temática das olimpíadas no Brasil e oferecer a população local, nacional e turística uma programação cultural democrática e abrangente.

Valores

- Celebração das conexões entre a cidade do Rio de Janeiro, seus cidadãos e o esporte.
- Difusão dos valores olímpicos e paraolímpicos.
- Promoção dos benefícios do esporte e de um estilo de vida saudável.
- Compromisso com a transparência na gestão e ética profissional.
- Sustentabilidade socioambiental.
- Preservação do patrimônio material e imaterial.
- Promoção da acessibilidade física e intelectual.
- Manutenção de parcerias com instituições educativas, esportivas e culturais.
- Compromisso com a cidadania.
- Compromisso com os valores olímpicos.

Etapa 2 - Programas Museológicos

Programa Institucional

O Programa Institucional, conforme definido pelo Decreto nº 8.124/2013, que regulamenta o Estatuto de Museus, aborda o desenvolvimento, gestão técnica e administrativa, bem como a cooperação entre o museu e diferentes agentes. Portanto, este programa estabelece objetivos que transformam o planejamento conceitual em ações abrangentes, orientando também outros programas específicos.

A responsabilidade pela elaboração, implantação, gerenciamento, execução e revisão recai principalmente sobre o corpo gestor da instituição museológica, que pode consistir em um diretor ou uma equipe mais ampla. Para garantir a qualidade do programa, a instituição deve adotar práticas de gestão democrática e participativa, promovendo a diversidade e valorizando as contribuições do corpo técnico.

Entre suas metas estão incluídas ações de planejamento e normatização das áreas de gestão, segurança, orçamento e finanças, logística, jurídico, administração de contratos, tecnologia da informação, gestão de pessoas (que dependem exclusivamente da alta administração) e cooperação técnica.

Diagnóstico

O diagnóstico institucional do plano museológico revelou diversos pontos fortes que destacam a excelência e singularidade do museu em questão. Em primeiro lugar, a valorização pela mídia demonstra o reconhecimento e a visibilidade que o Museu recebe, evidenciando sua relevância na sociedade. A acessibilidade, tanto física quanto digital, é um ponto notável, garantindo que o museu esteja acessível a todos, incluindo pessoas com diferentes habilidades e usuários online.

O fato de nascer com tecnologia confirma que o museu está alinhado com as tendências contemporâneas, proporcionando experiências inovadoras aos visitantes. A combinação de acervo físico e digital amplia as possibilidades de apresentação e preservação do patrimônio, atendendo tanto a audiência presencial quanto a virtual.

A inclusão da memória imaterial, que abrange as lembranças dos visitantes, voluntários e atletas, contribui para uma abordagem mais holística, conectando as pessoas à história do museu. A valorização do "fator humano" destaca a importância das histórias pessoais e experiências individuais no contexto museológico.

A museografia atual e interativa proporciona uma experiência envolvente e educativa aos visitantes, enquanto a ampla área de exposições de 3 mil m² permite a exploração abrangente do acervo. A relevância do tema principal, centrado em esportes e Jogos Olímpicos, confere ao museu uma identidade forte e atraente.

A incorporação da memória afetiva destaca a capacidade do museu de evocar emoções e criar conexões emocionais com seu público. Além disso, ao evocar o sentimento de comunidade global, o museu se posiciona como um agente de união entre diferentes culturas e nacionalidades.

O cuidado em nascer com um projeto estruturado em conformidade com a legislação de museus ressalta o compromisso com a ética e a legalidade. Por fim, o design de usabilidade (*UX Design*) evidencia a atenção à experiência do usuário, garantindo que a visita ao museu seja intuitiva e gratificante. Esses pontos solidificam a posição do museu como uma instituição cultural de destaque e promissora para o futuro.

Por um outro lado, o diagnóstico institucional do plano museológico também identificou alguns pontos fracos que demandam atenção e ação estratégica para fortalecer a instituição. Até o momento desse diagnóstico, há a expectativa de que o Museu seja administrado pela Secretaria Municipal de Esportes do Rio de Janeiro. É crucial estabelecer um modelo de gestão meticulosamente delineado, capaz de orientar as estratégias de financiamento e fomento. A definição desse modelo deve ser formalizada por meio de um regimento interno, sendo que a ausência desse documento e de um ato de criação formal comprometem a estrutura organizacional e legal da instituição. Tal lacuna pode resultar em inconsistências na gestão e representar um obstáculo na captação de recursos.

O custo de manutenção da infraestrutura, segurança, tecnologia e expografia, podem representar um desafio para a sustentabilidade financeira do museu. A necessidade de pessoal técnico especializado e a eventual necessidade de atualização expográfica aumentam a dependência de recursos humanos qualificados e investimentos adicionais.

A sustentabilidade financeira é um ponto a ser observado, uma vez que exige a criação de estratégias eficazes para diversificação de fontes de receita e captação de recursos externos. Alinhado à estrutura de recursos da Administração Pública, o Museu Olímpico do Rio também poderá ser mantido a partir de metas de investimento por parte de projetos específicos, participando de editais regionais ou fundos de captação a nível nacional, podendo, assim, estipular a implementação de projetos em parceria público-privada.

A possibilidade de descontinuidade ou falta de adesão ao plano museológico representa um risco significativo, especialmente se houver mudanças na administração pública. Em suma, a atenção a esses pontos fracos é crucial para garantir a robustez e a longevidade do museu, exigindo esforços no fortalecimento da estrutura organizacional, na captação de recursos, na agilidade dos processos e na promoção da autonomia institucional.

Metas

1. Projeto de elaboração de Regimento Interno;
2. Projeto de Gestão de Contratação;
3. Cadastro na Secretaria Municipal de Esportes do Rio de Janeiro;
4. Projeto de Filiação à Rede de Museus Olímpicos;
5. Projeto de Filiação ao IBRAM;
6. Projeto de Filiação ao Ibermuseos;
7. Projeto de parcerias em outros Centros Olímpicos;
8. Projeto de rodas de conversa com diferentes agentes públicos e da sociedade civil;

Programa de Gestão de Pessoas

O Programa de Gestão de Pessoas representa uma abordagem estratégica essencial adotada pelo Museu Olímpico do Rio para uma administração eficaz de seu capital humano. Esse programa abrange diversas políticas, práticas e processos destinados a atrair, desenvolver, motivar e reter talentos na instituição. Inclui a definição de funções e responsabilidades, a implementação de políticas salariais e de benefícios, programas de treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho, gestão da cultura organizacional e promoção do bem-estar dos colaboradores.

O cerne do Programa de Gestão de Pessoas é alinhar estratégias de recursos humanos com os objetivos organizacionais, garantindo que a equipe esteja capacitada, engajada e alinhada com a missão e valores do museu. Essa integração visa promover um ambiente de trabalho saudável e produtivo.

Embora o museu ainda careça de uma equipe técnica especializada, a perspectiva otimista é que, como um organismo vivo em fase de planejamento, terá a flexibilidade necessária para compor sua equipe de acordo com os objetivos e metas da instituição. Isso incluirá a formação de uma equipe multidisciplinar, contando com profissionais em diferentes níveis de atuação, bem como especialistas em educação, mantendo-se constantemente atualizados em suas respectivas áreas.

Deseja-se um modelo de gestão que permita um sistema de cooperação ágil com instituições afins à missão do museu, facilitando o compartilhamento de conhecimentos, experiências e projetos. Em um contexto contemporâneo, há uma crescente demanda por investimentos em informação, inovação e interação do conhecimento, requerendo uma abordagem de gestão que concentre esforços na capacitação, financiamento e criação de parcerias colaborativas para atender a essas demandas.

Diagnóstico

O Diagnóstico nos permitiu vislumbrar a possibilidade de criar uma equipe inteiramente nova a partir do museu, que está em processo de criação, o que representa um ponto forte significativo. Isso proporciona a oportunidade de estruturar uma equipe alinhada com as necessidades específicas do novo museu, escolhendo profissionais com expertise e afinidade com a proposta da instituição. Essa flexibilidade na formação da equipe pode resultar em uma sinergia coesa e eficaz, contribuindo para o sucesso do museu.

Por outro lado, os pontos fracos identificados incluem incertezas quanto ao tipo de contratação do corpo técnico. A falta de clareza nesse aspecto pode gerar desconforto e insegurança entre os profissionais, afetando a estabilidade da equipe e sua capacidade de planejar a longo prazo. Além disso, o direcionamento de profissionais de outros museus da rede municipal, gerando sobrecarga, representa um desafio operacional e pode comprometer a qualidade do trabalho, pois a equipe pode enfrentar dificuldades para atender às demandas adicionais.

Em resumo, é fundamental abordar essas incertezas e sobrecargas de maneira estratégica, implementando políticas de contratação transparentes e assegurando que a formação da equipe seja equilibrada. Por fim, sugere-se abaixo uma estrutura mínima que contempla um equipe ideal para o

funcionamento do museu:

NÚCLEO DIRETOR	
RESPONSÁVEL	ATRIBUIÇÕES
Diretor Presidente	Representar a instituição ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, diante do Poder Público, Entidades Privadas e partes envolvidas; Supervisionar a execução de projetos e atividades, garantindo sua aderência aos objetivos da instituição; Realizar a aquisição, recebimento de doações e empréstimos de bens alinhados à finalidade do Museu Olímpico do Rio; Encarregar-se das ações de relacionamento interno e externo da instituição; Estabelecer diretrizes de conteúdo para exposições e atividades pedagógicas; Cultivar parcerias com instituições vinculadas à promoção, fomento, financiamento e incentivo às atividades do Museu; Propor colaborações e iniciativas de captação junto a empresas, órgãos públicos e privados, instituições filantrópicas e entidades similares, nacionais e internacionais; Promover intercâmbio com grupos, indivíduos, parceiros, empresas e órgãos públicos, buscando a articulação entre os segmentos envolvidos com a instituição; Supervisionar o desenvolvimento e cronograma financeiro dos projetos, colaborando com o setor Administrativo/Financeiro na elaboração de relatórios de atividades para prestação de contas; Definir políticas e objetivos específicos das gerências Curatorial, Educacional, de Comunicação e Captação e Formatação de Projetos, coordenando a execução dos respectivos planos de ação e interagindo com todas as equipes para atingir os objetivos da instituição; Identificar oportunidades, avaliar viabilidades e fazer recomendações sobre novos investimentos para a instituição; Garantir o cumprimento da Missão e Objetivos, resguardando a segurança dos ativos e acervos; Cumprir os acordos estabelecidos nos Contratos e/ou Termos de Parceria firmados pela instituição.
Vice-Diretor	Desenvolver estratégias inovadoras para a divulgação do Museu e seu acervo; Supervisionar a implementação do plano estratégico e das diretrizes operacionais do Museu; Propor estratégias de parcerias para viabilizar projetos e iniciativas da instituição; Definir as linhas conceituais do acervo do Museu, Olímpico do Rio, bem como planejar sua ampliação e novas aquisições; Estabelecer as diretrizes conceituais para a atuação da Gerência Curatorial e da Gerência Educacional; Desenvolver parcerias entre instituições e áreas afins, promovendo a comunicação e intercâmbio entre profissionais de diferentes especialidades; Elaborar e divulgar o Regimento Interno do Museu, garantindo a transparência e o alinhamento com os objetivos da instituição; Apoiar o Diretor-presidente no desenvolvimento das atividades da organização, monitorando metas, avaliando a qualidade dos serviços e contribuindo para a divulgação do patrimônio cultural; Propor a criação e aprimoramento de instrumentos para otimizar o desempenho e o desenvolvimento das atividades do Museu; Participar ativamente de eventos como representante do Museu Olímpico do Rio e da Rede de Museus Olímpicos, fortalecendo a presença institucional em contextos relevantes.
Secretária da Diretoria	Organização de agenda e compromissos; Recepção e apoio às demandas da direção; Tratar documentos variados, cumprindo todos os procedimentos necessários da área; Manter organizados os arquivos físicos do setor.

NÚCLEO ADMINISTRATIVO	
RESPONSÁVEL	ATRIBUIÇÕES
Coordenador Administrativo/ Financeiro	Apresentar relatórios financeiros e contábeis, assim como os indicadores de desempenho da área; Gerir as áreas de Recursos Humanos, Manutenção, Tecnologia da Informação e Compras; Apresentar relatórios de controle e variações patrimoniais; Prestar contas dos trabalhos desenvolvidos e da gestão financeira; Ser responsável pelo controle e guarda da documentação de suporte para comprovação de instrumentos celebrados com o Poder Público e Patrocinadores, como também da elaboração de relatórios de prestação de contas; Controlar e gerir as informações pertinentes a indicadores e metas de desempenho junto a convênios, termos de parceria, contratos de gestão e demais acordos celebrados com o Poder Público e/ou Entes Privados; Controlar os recursos financeiros; Garantir a acuracidade das informações necessárias para a prestação de contas; Gerenciar e executar as atividades da rotina de Departamento de Pessoal e Recursos

	Humanos; Executar admissões, demissões, alteração de funções e férias; Apoiar a diretoria no desenvolvimento de ações estratégicas de recursos humanos. Desenvolver rotinas de fechamento de folha, benefícios, admissões, demissões, férias e de recursos humanos; Tratar documentos variados, cumprindo todos os procedimentos necessários da área.
Assistente Administrativo	Monitoramento de atividades de contas a pagar e a receber; Controle do fluxo de caixa; Controlar e executar as atividades do setor financeiro; Realizar atividades de contas a pagar e a receber; Executar conciliações; Manter atualizadas as informações necessárias para a prestação de contas. • Controlar e executar as atividades de controle nas prestações de contas; Realizar atividades de verificação e correções nos processos e procedimentos administrativos e financeiros; Conferir a boa guarda de dos documentos financeiros; Conferência de pedidos de compras; Apoio em auditorias internas de patrimônio e almoxarifado; Aquisição de materiais e serviços; Controle patrimonial; Suporte aos terceiros de telefonia e TI.

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO E MÍDIAS	
RESPONSÁVEL	ATRIBUIÇÃO
Gerente de Comunicação	Planejar e promover a comunicação interna, externa e de produção de eventos do Museu Olímpico do Rio; Definir estratégias de divulgação das atividades do Museu utilizando-se dos meios de comunicação disponíveis; Manter contatos com a imprensa para distribuição de press-releases; Pesquisar e arquivar notícias e artigos sobre as atividades e imagem do Museu veiculadas nos meios de comunicação; Elaborar publicações impressas, digitais e em multimídia sobre temas de interesse da instituição.
Coordenador de Comunicação	Supervisionar as elaborações das atividades de comunicação, assegurando sua consistência e alinhamento com os objetivos institucionais; Gerir e controlar os orçamentos e contratações relacionados a publicações impressas, digitais e em multimídia; Gerenciar e criar ações de divulgação, atividades sociais e estratégias de comunicação para fortalecer a presença do Museu Olímpico do Rio; Produzir e garantir os registros das iniciativas e históricos relevantes do Museu; Desenvolver e implementar um site institucional para promover a visibilidade da instituição; Executar e controlar os Planos de Ação e Pesquisas para atingir as metas estabelecidas na área de comunicação; Apoiar e executar as ações planejadas para o Museu Olímpico do Rio e para o setor educativo, promovendo uma abordagem integrada; Auxiliar na preparação de insumos de comunicação do Museu, abrangendo textos de divulgação, redação de pautas, assessoria de imprensa, relatórios de análise de movimento no site, organização de e-mails e gestão das redes sociais.
Designer / Programador Visual	Desenvolver o projeto editorial das publicações do Museu e do material didático, garantindo coesão e alinhamento com os objetivos institucionais; Planejar e coordenar a produção de publicações impressas, digitais e em mídias eletrônicas para a Diretoria Cultural, Gerência Curatorial e Gerência Educacional; Elaborar a identidade visual das publicações e do material didático, assegurando uma representação visual consistente e atrativa; Supervisionar a aplicação da identidade visual do Museu Olímpico do Rio em produtos e publicações externas, zelando pela uniformidade e qualidade estética em todas as iniciativas.
Gerente de Projetos	Definir o escopo dos projetos, delineando claramente os objetivos, metas e entregas esperadas; Realizar mapeamento e inscrição em editais de fomento e incentivo para buscar oportunidades de financiamento; Determinar os formatos e modelagens adequadas para a elaboração de projetos, considerando as diretrizes da instituição e as exigências dos financiadores; Realizar a captação de recursos por meio da interação proativa com potenciais financiadores e parceiros; Gerar orçamentos detalhados para os projetos, considerando todos os custos envolvidos; Garantir o acompanhamento eficaz dos projetos, assegurando que estejam dentro do escopo e prazo estabelecidos; Documentar de forma completa e organizada todos os elementos dos projetos, incluindo objetivos, estratégias e cronogramas; Garantir que os formatos e modelagens de projetos estejam em conformidade com as diretrizes estabelecidas; Realizar levantamentos detalhados dos orçamentos dos projetos, contribuindo para uma visão precisa dos recursos necessários; Acompanhar e controlar os projetos, assegurando que todas as etapas sejam executadas conforme o planejado.

NÚCLEO DE CURADORIA E MUSEOLOGIA	
RESPONSÁVEL	ATRIBUIÇÕES
Curador	Colaborar com a Diretoria Cultural na definição das políticas de acervo e aquisições, buscando alinhamento com os objetivos institucionais; Propor aquisições relevantes para o acervo e sugestões de exposições que enriqueçam a programação; Contribuir na produção de textos destinados às publicações, assegurando qualidade e alinhamento com a identidade da instituição; Analisar propostas de comodato de obras e solicitações de empréstimos, avaliando sua pertinência; Avaliar propostas de exposições de terceiros, garantindo a coerência com a missão e visão da organização; Elaborar proposta de sistema de documentação em colaboração com o Núcleo de Coleções e Documentação, visando eficiência na gestão do acervo; Desenvolver projetos para as diferentes leis de incentivo à cultura, buscando oportunidades de financiamento e apoio para as atividades.
Coordenador de Museologia	Organizar, administrar e conservar o acervo museológico; Coordenar o processamento técnico do acervo museológico; Gerenciar as reservas técnicas do Museu; Diagnosticar e definir as condições ambientais do Museu Olímpico do Rio; Organizar e documentar os processos de empréstimo de obras do acervo; Coordenar os processos relacionados ao empréstimo de obras de terceiros para o Museu; Documentar e conservar as obras em trânsito no Museu, desde a entrada até a devolução; Definir e promover medidas de conservação e restauração das obras; Promover medidas de conservação e restauração das obras durante as exposições; Fiscalizar o cumprimento das condições específicas de conservação em exposições; Capacitar tecnicamente os funcionários do Museu sobre procedimentos de conservação e segurança; Elaborar proposta e planos de trabalho para o Museu Olímpico do Rio Digital junto ao Núcleo de Coleções e Documentação; Normatizar e controlar a produção de imagens e direitos autorais do acervo museológico; Organizar, elaborar e apresentar dossiês de propostas de doação ao Museu para análise; Assessorar o planejamento museográfico de exposições; Fiscalizar o cumprimento das condições específicas de conservação em exposições. Executar rotinas de catalogação e higienização de acervos museológicos e bibliográficos na base de dados SISGAM*.
Museólogo	Executar os processos de documentação do acervo, assegurando a organização e preservação adequadas; Executar rotinas de catalogação e higienização de acervos museológicos e bibliográficos na base de dados SISGAM*. Auxiliar na proposição de políticas para orientar as decisões sobre as atividades do Museu; Assessorar o planejamento de rotinas e projetos museográficos e museológicos; Auxiliar na fiscalização no cumprimento das condições estabelecidas no planejamento museológico; Capacitar tecnicamente e de forma periódica os funcionários do Museu sobre procedimentos de conservação e segurança.

*SISGAM: Sistema de Gerenciamento de Acervos Museológicos é uma plataforma de gestão e registro de acervos responsável pela interligação das unidades museológicas elaborada por meio de um sistema comum, funcionando em um site online para acesso dos usuários, utilizando normas e padrões que permitem o melhor gerenciamento de seus acervos e ampliam as possibilidades de acesso aos seus conteúdos e imagens, facilitando a troca de informações entre unidades museológicas, além de uma divulgação e maior difusão dos acervos. Esse sistema é utilizado pelo Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira, museu vinculado à Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro.

**Importante mencionar que o trabalho de documentação museológica é uma tarefa contínua, com a capacidade de incorporar camadas infinitas de informações que aprofundam e aprimoram nosso entendimento dos objetos. Embora a catalogação abrangente do acervo museológico ainda não tenha sido concluída devido à ausência de uma equipe, faz parte do planejamento futuro do Programa de Acervo a documentação contínua de seus objetos museológicos, bem como o desejo de possuir uma coleção bibliográfica.

NÚCLEO DE PRODUÇÃO E MUSEOGRAFIA	
RESPONSÁVEL	ATRIBUIÇÕES
Produtor Cultural	Acompanhar todas as fases de desenvolvimento das exposições, garantindo a qualidade e o cumprimento dos prazos estabelecidos; Controlar a agenda de programação de exposições do Museu Olímpico do Rio, assegurando a organização e o planejamento adequados; Gerenciar as equipes internas e externas envolvidas nos projetos de exposições e eventos no Museu; Apoiar a

	<p>execução de projetos museográficos de terceiros no Museu, supervisionando sua implementação; Garantir a realização dos projetos dentro dos prazos e custos especificados, assegurando a eficiência operacional; Participar do planejamento de eventos culturais, contribuindo com ideias e orientações estratégicas; Orçar as contratações necessárias para as produções de eventos do Museu, garantindo o controle financeiro adequado; Analisar os projetos de terceiros e emitir pareceres para a gerência curatorial e diretoria cultural, contribuindo para a tomada de decisões; Supervisionar e apoiar a execução dos projetos museográficos de terceiros no Museu, assegurando sua integração com a proposta institucional; Zelar pela aplicação dos princípios da conservação preventiva nos projetos museográficos, consultando o Núcleo de Museologia quando necessário; Organizar os espaços expositivos conforme instruções do Núcleo de Produção e Museografia e/ou projeto museográfico; Dar suporte ao Núcleo de Produção e Museografia do Museu no levantamento dos materiais e equipamentos de exposição; Zelar pela conservação e manutenção das peças e suportes museográficos, garantindo sua integridade ao longo do tempo</p>
--	---

CENTRO DE REFERÊNCIA	
RESPONSÁVEL	ATRIBUIÇÕES
Coordenador de Informação	<p>Propor políticas de informação para o Museu, visando a eficácia na gestão e divulgação do acervo; Identificar, catalogar, classificar e conservar o acervo bibliográfico, documental e iconográfico do Museu Olímpico do Rio; Elaborar diretrizes para o processamento técnico do acervo bibliográfico e documental, garantindo sua organização e acessibilidade; Formar e desenvolver coleções documentais e serviços para apoiar programas educacionais e de pesquisa, atendendo ao público presencial e virtual; Propor novas aquisições para complementar e atualizar o acervo do Núcleo; Realizar pesquisas para atender às necessidades informacionais da curadoria e corpo técnico do Museu; Normatizar e controlar a produção de imagens e direitos autorais, assegurando conformidade com regulamentações; Elaborar proposta de indexação em colaboração com o Núcleo Curatorial e Museologia, otimizando o acesso à informação; Efetuar programa de capacitação do usuário e estimular a pesquisa e uso do acervo; Colaborar, pelo acesso à informação e ao conhecimento, na formação de público para as artes e de recursos humanos para as atividades artísticas.</p>
Analista da Informação	<p>Apoiar a implementação das políticas de informação propostas pelo Coordenador; Colaborar na identificação, catalogação, classificação e conservação do acervo bibliográfico, documental e iconográfico; Executar as diretrizes estabelecidas para o processamento técnico do acervo bibliográfico e documental; Contribuir para a formação e desenvolvimento de coleções documentais e serviços de apoio aos programas educacionais e de pesquisa; Participar do processo de seleção e aquisição de novos itens para o acervo; Realizar pesquisas para atender às demandas informacionais da curadoria e equipe técnica do Museu; Auxiliar no controle da produção de imagens e direitos autorais, seguindo as diretrizes estabelecidas; Contribuir para a implementação da proposta de indexação em colaboração com o Núcleo Curatorial e Museologia; Participar na execução do programa de capacitação do usuário e na promoção do uso do acervo; Colaborar na formação de público para as artes e no suporte às atividades artísticas, contribuindo para o acesso à informação e ao conhecimento.</p>

NÚCLEO DO PROGRAMA EDUCATIVO	
RESPONSÁVEL	ATRIBUIÇÕES
Coordenador de Educação	<p>Definir, em conjunto com a Diretoria, as propostas conceituais para a área educativa do museu; Pesquisar e elaborar conteúdos e estratégias para cursos, materiais educativos e demais ações; Elaborar programas e metodologias com formação continuada de professores; Criar conteúdos, estratégias e materiais destinados aos órgãos governamentais e instituições parceiras; Coordenar a produção de materiais educativos e textos; Desenvolver e coordenar a formação de mediadores; Planejar e executar ações de mediação para o público visitante; Realizar visitas e mapeamento das instituições e comunidades</p>

	<p>atendidas; Contabilizar e classificar as instituições atendidas (municipais, estaduais, federais, privadas, ONGs etc.); Elaborar mapas de ações nas instituições, escolas e outros espaços a receberem cursos e palestras promovidos pela instituição; Planejar a logística para o atendimento dos grupos visitantes; Coordenar a equipe de educadores; Promover ações de formação continuada para a equipe de ações educativas (reuniões semanais, palestras, mesas redondas, dinâmicas, leituras de textos, estudos coletivos e individuais, programações complementares); Conceber e preparar ações para o trabalho dos supervisores com os educadores; Preparar reuniões e materiais que possam criar aproximações com autores, conteúdos e aspectos do trabalho que fazem parte das propostas conceituais e de ação da curadoria do educativo e das mostras.</p>
Educador	<p>Estudar e pesquisar constantemente os conteúdos dos materiais educativos, conhecendo a estrutura de desenvolvimento de cada ação para diálogos eficazes na exposição do museu; Prestar atendimento a estudantes e ao público espontâneo e agendado durante as exposições, aplicando diferentes ações pedagógicas propostas pelo Núcleo Educativo; Participar de visitas de estudo ao espaço expositivo antes da inauguração da exposição, preparando-se para interações educativas; Participar de reuniões com coordenadores e supervisores para alinhamento e troca de informações; Engajar-se em diferentes ações como reuniões semanais, palestras, mesas redondas, dinâmicas, leituras de textos e estudos coletivos e individuais para uma formação continuada, contribuindo para seu desenvolvimento profissional.</p>

Metas

1. Formar as equipes do museu com os profissionais disponíveis;
2. Definir modelo de contratação para terceirização;
3. Elaborar estratégias de qualificação profissional;
4. Estabelecer uma Cultura Organizacional coesa e inovadora.

Programa de Acervo

Em todos os museus, a autoridade responsável deve criar e compartilhar um documento sobre como eles adquirem, protegem e usam suas coleções. Esse documento deve explicar o que acontece com os objetos que não serão catalogados, preservados ou exibidos. Para uma gestão eficaz das coleções, é crucial estabelecer um Programa de Acervo. Esse programa ajuda a organizar e gerenciar os objetos adquiridos pelo museu, lidando com a aquisição, registro, preservação, armazenamento, restauração e eventual descarte. O programa define as bases que determinam o que faz parte do acervo do museu, considerando sua diversidade, temas centrais e como ele pode crescer.

Princípio: os acervos dos museus são reflexos do patrimônio cultural e natural das comunidades de onde originam. Eles têm um valor que vai além do comum, muitas vezes representando fortemente a identidade nacional, regional, local, étnica, religiosa ou política. Portanto, a política do museu deve estar alinhada com essa possibilidade.

Segundo a Lei vigente do Estatuto Brasileiro de Museus – Lei no 11.904/2009, no que se refere ao acervo do museu, Capítulo II, Seção II, Subseção IV - Dos Acervos dos Museus:

“Art. 38. Os museus deverão formular, aprovar ou, quando cabível, propor, para aprovação da entidade de que dependa, uma política de aquisições e descartes de bens culturais, atualizada periodicamente”.

A Política de Acervo do Museu Olímpico do Rio definirá o caráter do patrimônio cultural preservado e articulado por esse Museu e os procedimentos para sua gestão. Objetivará, assim, ser um documento consultivo e norteador de todas as decisões institucionais e para tanto deverá ser amplamente divulgado e conhecido pelas diferentes equipes, bem como pelas comunidades e públicos que atuam em parceria com o Museu.

No caso do Museu, algumas perguntas foram elaboradas a respeito da formação do acervo: o que pode ser patrimônio das olimpíadas? Qual é sua cultura material? Qual o papel do acervo, considerando as demais atividades desenvolvidas pelo Museu e a natureza dinâmica do fenômeno a que se é dedicado (neste caso, as olimpíadas no Rio de Janeiro)? Quem tem autoridade para decidir o que deve ser colecionado ou não pelo Museu Olímpico do Rio– a equipe, os gestores, os especialistas, os públicos? Quantos objetos do mesmo tipo o museu possui? Diz respeito a uma memória coletiva? Quanto custa para manter esse acervo? Encontra-se em boa condição?

Diagnóstico

Portanto, esse programa surge de um diagnóstico do estado atual do acervo, que identifica as necessidades, como, conservação, catalogação, restauração e digitalização, buscando a padronização das rotinas de trabalho.

Além disso, visa implementar melhorias para garantir a preservação a longo prazo, incluindo a criação de sistemas de catalogação, a aquisição de novos artefatos e documentos, a digitalização de parte do acervo para acesso remoto, o estabelecimento de parcerias para enriquecimento do acervo e a utilização de tecnologias modernas na sua gestão, acondicionamento, transporte, conservação e restauro.

Coleção museológica

A coleção museológica é composta por itens que materializam e são percebidos pelos sujeitos, em uma determinada realidade social, como representativos de processos, períodos, contextos ou vivências relevantes e que tenham sido musealizados. A definição de objeto museológico e sua extroversão estão em constante desenvolvimento e depende, após a entrada do bem cultural para uma instituição, de um constante trabalho de ressignificação, para que o mesmo continue a fazer sentido dentro de uma coleção.

Como parte da atividade museológica fundamental do Museu Olímpico do Rio, deve ser implantada uma política de aquisição de acervo que reúna peças e patrimônio material e imaterial que aglutinem simbolismo em seu caráter histórico e representativo dos Jogos Rio-2016 – ao ponto de serem chaves, fontes e parte do micro e macro cosmos do evento, daqueles que participaram, da cidade sede e do contexto sócio-cultural-esportivo. O objetivo principal é de receber e salvaguardar a memória da temática central da instituição, apresentando-a ao público a fim de mantê-la viva, em evidência e facilmente acessada pela sociedade.

Conservação Preventiva

É de suma importância que a gestão do acervo seja efetuada – de forma direta – por profissionais com conhecimento consistente na área, selecionados por meio de especificações técnicas objetivas, atendendo ao interesse público interno e externo, e à legislação vigente. A Conservação Preventiva é um conjunto de ações e metas que devem ser adotadas por toda e qualquer instituição que atue na guarda de acervos, independente do recurso financeiro que a instituição disponha.

A Conservação é uma área que nasce como ciência a partir de suas próprias questões ligadas ao patrimônio cultural, em consonância com seu caráter teórico-metodológico, como meio de garantir uma maior atenção às especificidades de cada bem cultural em particular. A Conservação e suas práticas são discutidas por conselhos e possuem diretrizes e normatizações. O Conselho Internacional de Museus (ICOM) publicou, em 2008, um documento que define conceitos para algumas das terminologias relativas à área de Preservação. A equipe do Museu deve trabalhar principalmente com a frente de Conservação Preventiva e Curativa.

De acordo com o ICOM (2008) conservação preventiva é então:

(...) o conjunto de medidas e ações que têm por objetivo evitar e minimizar futuras deteriorações ou perdas. Elas se inscrevem em um contexto ou ambiente de um bem cultural, porém, mais comumente no contexto de um conjunto de bens, seja qual for a sua antiguidade e o seu estado. Essas medidas e ações são indiretas – não interferem com os materiais e estruturas dos bens. Também não modificam a sua aparência.

O Estado de Conservação de um bem cultural está intrinsecamente ligado ao material no qual foi elaborado, estipulando se o mesmo é de natureza orgânica, mista ou inorgânica. Estas informações são importantes para se pensar na guarda adequada, bem como em futuros tratamentos que possam vir a

ser submetidos. Cada material possui especificidades próprias, que também determinam ações particulares. É desejável que a guarda do acervo seja feita por tipologias, respeitando suas características e evitando o contato entre diferentes naturezas, o que pode causar uma troca química entre eles (alguns dos danos são a migração de oxidação, infestação, acidez ou torná-los instáveis). Os desafios são muitos, contudo, privilegia-se a ação preventiva à restauradora. Por isso, o investimento em materiais de acondicionamento que sejam de qualidade arquivística é tão importante.

Alguns fatores de degradação são mais recorrentes às coleções, e já são entendidos pelos técnicos da área e pelo meio acadêmico como os principais. Aspectos físicos ambientais como temperatura, umidade relativa do ar, luz natural ou artificial; químicos: poluentes atmosféricos e contato com materiais quimicamente instáveis; biológicos: micro-organismos, insetos e roedores; antrópicos: manuseio incorreto, intervenção inadequada, roubo ou vandalismo e catástrofes: inundações, incêndios.

O Conservador-restaurador Stephan Michalski (2004), do Canadian Conservation Institute (CCI) nos diz que existem dez agentes de degradação ao todo, e são separados da seguinte forma:

1. Forças físicas diretas, como, o manuseio incorreto, rasgos, depredação;
2. Ladrões, vândalos e pessoal distraído;
3. Incêndio;
4. Água;
5. Pragas (insetos);
6. Contaminantes – poluentes;
7. Radiação, luz;
8. Temperatura incorreta;
9. Umidade relativa incorreta;
10. Dissociação da informação (quando uma informação se perde tornando o conteúdo incompleto, como é o caso da perda de texto em um documento ou a falta de documentação referente a aquisição e/ou história do objeto).

Ressalta-se que os itens 8 e 9, são responsáveis pelas principais causas de degradação de acervos, por contribuírem para desencadear ou potencializar o processo de degradação dos objetos. Em situações adversas, o processo de deterioração instala-se necessitando de uma intervenção que possa estabilizar e reparar os danos ocorridos no objeto ou na coleção.

A boa climatização e conhecimento da edificação são determinantes para a ação de salvaguarda. Os fatores ambientais influenciam diretamente na estrutura do bem cultural. A Climatização adequada controla, além da temperatura, a taxa e a variação de umidade relativa do ar. A ação da UR prejudica o acervo, principalmente àqueles com maior afinidade com água, comumente encontrados nos objetos de natureza orgânica. A ausência de climatização ou a sua inadequação são responsáveis por mudanças dimensionais nos objetos, reações químicas, deterioração, perda de resistência mecânica nos objetos e corrosão em metais. A climatização deve ser contínua, evitando oscilações climáticas no microambiente da Reserva Técnica.

No que diz respeito à tipologia de materiais orgânicos, principalmente materiais de origem animal e vegetal, uma recomendação frequente é manter a temperatura e umidade estáveis, evitando flutuações diárias. É possível atingir um ponto de estabilidade e pouca variação climática nos espaços de guarda do

acervo com o auxílio de equipamentos de medição, ar condicionado, desumidificadores, umidificadores de ar e materiais desumidificantes.

Entretanto, é aceitável que haja uma pequena variação de temperatura, entre 20º a 22º, e de umidade relativa do ar (UR), entre 55% a 60%, podendo variar em até 5% para mais ou para menos. Em condições onde a UR ultrapassa os 70%, a ocorrência de fungos e o desenvolvimento de micro-organismos aumentam, além de atrair insetos xilófagos, principalmente cupins, brocas e piolhos de livros, que se alimentam das manchas de fungos.

O diagnóstico revelou que o monitoramento da umidade relativa do ar já está em execução. A média das medições indicou índices mensais de 60% de umidade relativa (UR), o que é considerado um valor adequado para cidades litorâneas, como o Rio de Janeiro.

A importância do monitoramento constante de temperatura e umidade semanal é latente, de forma que se faz necessário a aquisição de equipamentos de monitoramento, como o datalogger. A periodicidade e constância também são necessários para uma maior compreensão a longo prazo das necessidades do acervo. Para Luiz Antônio Cruz Souza (2008) para o controle das condições ambientais das coleções são necessários quatro passos:

1. Monitoramento: o registro, por meio de equipamentos de medição, das condições de umidade relativa e temperatura; coleta dos dados registrados por esses equipamentos;
2. Caracterização: tratamento dos dados obtidos a partir dos equipamentos de monitoramento;
3. Comparação entre os diversos ambientes internos do museu e classificação das características climáticas, definindo cada ambiente em particular e o desempenho ambiental como um todo;
4. Avaliação: interpretação dos resultados obtidos a partir da integração com os dados levantados no “Diagnóstico de Conservação”.

A avaliação dos resultados ocorre a partir da identificação das condições de manutenção do prédio e do desempenho de um determinado ambiente ou do espaço como um todo em relação aos materiais construtivos; localização geográfica e entorno da edificação; orientação do edifício em relação aos ventos; variações sazonais; ocupação do ambiente em relação à presença de visitantes; características materiais das coleções; eventual presença de equipamentos e a relação da sala com os ambientes do entorno, elementos que caracterizam as fontes de umidade; Relatório: o relatório de monitoramento inclui todas as informações compiladas no diagnóstico. Particularmente, este diagnóstico específico é uma das principais ferramentas para a elaboração final de um plano de controle ambiental.

Reserva Técnica

Um local que nos parece particularmente importante para a preservação dos bens culturais é a reserva técnica, onde, com muita frequência, cerca de 95% do patrimônio do museu é conservado (A reserva técnica também é museu, Antonio Mirabile, Boletim Eletrônico da ABRACOR, n. 1, junho/2010).

Primeiramente, é necessário explicar a importância de uma Reserva Técnica para um museu, uma vez que o acervo pode passar a maior parte do tempo nesses espaços. Dessa forma, é imprescindível que a área destinada a Reserva seja planejada, organizada, monitorada e mantida a partir dos princípios da Conservação Preventiva: que envolvem desde o conhecimento arquitetônico do espaço que abrigam as

salas de Reserva Técnica, até o controle ambiental do local (como controle de luz, temperatura, umidade e pragas).

Segundo Antonio Mirabile (2010), as Reservas têm como função e critérios:

- (i) Responder às exigências da conservação, limitando e antecipando os riscos de degradação, substituindo-os por condições favoráveis da conservação;
- (ii) Facilitar o acesso às coleções, a fim de favorecer o estudo e a difusão dos bens culturais;
- (iii) Permitir a movimentação das coleções, garantido a preservação e a segurança dos bens culturais. Os critérios que permitem avaliar a boa concepção e o bom funcionamento de uma reserva são: Funcionalidade, Acessibilidade, Consulta, Preservação e Segurança.

O primeiro passo para a organização de Reservas Técnicas é o reconhecimento dos materiais que compõem o acervo, bem como suas particularidades e vulnerabilidade aos agentes de degradação. Acervos orgânicos e inorgânicos passam por graus diferentes de sensibilidade aos fatores externos de degradação.

Quando compreende-se a especificidade de cada material, a equipe responsável passa a ter condição de definir prioridades e elaborar projetos que considerem riscos, sejam eles existentes ou possíveis. As características naturais de cada objeto devem ser estudadas, tendo em vista sua interação com o meio ambiente, que segundo parâmetros da Conservação Preventiva, são avaliados como fatores físicos: luz e resistência mecânica; fatores ambientais: temperatura e umidade; fatores químicos: constituição química dos materiais e seus contaminantes e biológicos: como infestação de microrganismos ou pragas.

Uma vez destacada a importância da conservação preventiva para a promoção de uma gestão institucional que se preocupe com a gestão de riscos em seu acervo e com a comunicação e integração de sua equipe, pode-se citar alguns dos procedimentos desenvolvidos e utilizados para a instrumentalização desse programa. O diagnóstico de conservação é o processo por meio do qual é realizada a avaliação que será a base e dará o direcionamento para toda e qualquer ação que possa vir a ser realizada.

Este programa deve abranger a manutenção predial, conservação preventiva e segurança do acervo a partir de análises feitas em seu macroambiente (explicitados nas seções referentes ao diagnóstico de Acervo; de Segurança; e de Arquitetura e Urbanismo). Seu principal objetivo é atender à diretriz estabelecida pelo método de Gestão de Riscos⁵, a partir da futura implementação do Sistema ABC de Gestão de Riscos para o Patrimônio Cultural e, assim, garantir a segurança da edificação, do acervo, das instalações, bem como a segurança dos usuários (visitantes, pesquisadores, participantes de eventos) e dos funcionários. Além disso, assegurar a manutenção física e a conservação preventiva das edificações, instalações e equipamentos de infraestrutura predial.

⁵ O Sistema ABC de Gestão de Riscos para o Patrimônio Cultural (ou Sistema ABC) é fruto da parceria estabelecida entre a Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz (COC/Fiocruz), o International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM) e o Canadian Conservation Institute (CCI). Ver <https://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/patrimonio-cultural/sistema-abc-de-gestao-de-riscos#:~:text=Sistema%20ABC%20de%20Gest%C3%A3o%20de%20Riscos%20para%20o%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural&text=O%20Sistema%20ABC%20%C3%A9%20um%20a,pelo%20ICCROM%20e%20pelo%20CCI>. Acesso em 23 de outubro de 2023.

A avaliação dos riscos potenciais, combinada com uma análise dos custos das obras de reconstrução e restauração do edifício e da implementação das instalações do Museu, deve embasar a escolha de uma apólice de seguro contra acidentes mais adequada às necessidades específicas do Museu.

O diagnóstico de conservação é uma ferramenta essencial para o planejamento de gestão de riscos. Têm por objetivos: 1. Identificar e quantificar os danos ocorridos às coleções; 2. Avaliar a conservação das coleções à luz da ocorrência de possíveis problemas no ambiente físico e organizacional; 3. Analisar a segurança das coleções e, por fim, envolver as equipes da instituição na busca de soluções coordenadas e sustentáveis. Junto a essas descrições, reafirmamos aqui, a necessidade de uma equipe especializada para realizar estes procedimentos. Para Stefan Michalski (2004), em seu texto *Conservação e Preservação do Acervo*, a uma proposta de que o ciclo de preservação ocorra por meio de quatro etapas: 1) observar e avaliar todos os riscos; 2) elaborar opções para as melhorias; 3) planejar as melhorias em coordenação com o plano geral do museu; 4) implementar as melhorias. Este processo deve ser compreendido como contínuo, sendo alimentado em momentos diferentes por novos recursos e novos conhecimentos.

A partir de uma ficha de diagnóstico⁶ é possível documentar e avaliar os riscos que essas coleções estão sujeitas dentro e fora do seu espaço de guarda. Todo o acervo deverá passar por essa etapa. A avaliação de riscos propicia um maior entendimento do acervo, para que se possa examiná-lo respeitando suas especificidades e tipologias, para assim realizar procedimentos mais cabíveis a cada problemática, atendendo a cada necessidade específica. Segundo o manual *Tópicos em Conservação Preventiva*, caderno 1, é indicado que “o relatório resultante de um diagnóstico de conservação deverá conter três seções principais: (1) dados e análises; (2) estratégias recomendadas; (3) fases sugeridas para a implementação. Os avaliadores das coleções e da arquitetura deverão cooperar na elaboração de um único relatório, tomando o cuidado de fazer recomendações relativas às coleções e ao edifício que sejam mutuamente compatíveis⁷”.

A fase de diagnóstico de conservação é apenas uma etapa constituinte do planejamento de gestão de riscos. A complexidade do planejamento demonstra como a equipe deve se articular com outros profissionais, como colaboradores da limpeza, arquitetos, engenheiros e bombeiros, a fim de que se possa conhecer toda a estrutura que envolve o prédio e seu ambiente. Avaliar o ambiente físico, a estrutura arquitetônica, goteiras, saídas de ar, canos, enfim, reunir o máximo de informações possíveis sobre as estruturas citadas está diretamente envolvido na eficácia de um plano de gestão de riscos e em um plano de segurança.

Aquisição de acervo

A aquisição de itens para o acervo de um museu pode ocorrer de diferentes formas:

1. Doação: quando uma instituição ou pessoa doa um objeto ou coleção para o museu, que então incorpora ao seu acervo;
2. Legado: envolve o registro em testamento de uma pessoa que deseja legar seu patrimônio, seja um objeto ou coleção, ao museu. Isso é visto como uma herança;

⁶ Ver Anexo (colocar nº anexo) - Ficha de Diagnóstico

⁷ Ver Cruz, Rosado e Froner, 2008, p. 12.

3. **Compra:** o museu adquire um objeto por meio de compra, e ele é incorporado ao acervo. A comissão de acervo deve gerenciar as compras, considerando o orçamento disponível, preferencialmente com um planejamento anual;
4. **Permuta:** refere-se à aquisição realizada por meio da troca de objetos entre museus ou instituições afins. É uma ação recíproca que permite que ambas as instituições enriqueçam seus acervos. É fundamental verificar a legislação e regulamentos do museu para garantir que isso seja permitido;
5. **Empréstimo:** consiste em receber objetos pertencentes a outras instituições ou pessoas por meio de comodato. Pode ser de curto ou longo prazo, com possibilidade de renovação. Os objetos emprestados não fazem parte do acervo do museu e não são registrados no livro tomo;
6. **Transferência:** envolve a transferência de um objeto ou coleção de uma instituição de salvaguarda para outra.

Essas diversas formas de aquisição permitem aos museus expandirem seus acervos e preservarem o patrimônio cultural.

Neste caso, o Museu deverá seguir uma documentação pré-estabelecida. A tabela abaixo descreve qual documentação é necessária para essa formalização, bem como os próximos passos de documentação:

Empréstimo	Transferência	Doação
Documentação de entrada	Documentação de entrada	Documentação de entrada
Termo de empréstimo/ Contrato de comodato* (para empréstimos a longo prazo*)	Laudo Técnico do Estado de Conservação	Laudo Técnico do Estado de Conservação
Laudo técnico	Termo de transferência	Termo de doação
Termo de saída e devolução do acervo	Ficha de catalogação	Ficha de catalogação
	Inserção em base de dados	Inserção em base de dados
Não registrar no Livro do Tombo	Inscrição no Livro do Tombo	Inscrição no Livro do Tombo

Compra	Permuta	Legado
Documentação de entrada	Documentação de entrada	Documentação de entrada
Laudo Técnico do Estado de Conservação	Laudo Técnico do Estado de Conservação	Laudo Técnico do Estado de Conservação
Ficha de catalogação	Termo de permuta	Contrato de comodato*
	Ficha de catalogação	Ficha de catalogação (com numeração)

		diferente da do museu)
Registro no Livro Tombo	Registro no Livro Tombo	Não registrar no Livro do Tombo

*Comodato é um contrato celebrado entre um museu e uma instituição (ou indivíduo) particular que, entre outras coisas, estipula que o nome do proprietário (ou a logomarca) deve ser divulgado pelo museu. Trata-se de um contrato longo, a partir de cinco anos (podendo variar por muito mais tempo). Ao seu final, pode ser renovado; é regido pelo código civil.

Desincorporação e alienação

Essa seção diz respeito ao processo de dar baixa nos objetos que fazem parte do acervo do Museu que, de alguma forma, não atendem mais aos objetivos dessa instituição ou porque se encontram em condições de deterioração irreparável, impossibilitando sua preservação, ou porque passará a incorporar o setor educativo. Deve ser sempre uma ação pensada coletivamente com a equipe do museu: a comissão de acervo e o museólogo devem dar seu parecer a respeito dessa ação, de maneira confiável, fundamentada e justificada. Em caso de roubo ou furto, deverá se comunicar imediatamente às autoridades policiais para registro de boletim de ocorrência e abertura de inquérito. Deve também comunicar à Polícia Federal, como meio de acionar as instâncias que combatem o contrabando de bens culturais. Após dez anos do furto ou roubo, caso a peça não tenha sido encontrada, o Museu deve encaminhar à Secretaria Municipal de Esportes do Rio de Janeiro um pedido formal de baixa definitiva.

Quando há a baixa de um item do acervo, essa informação deve constar de seus registros físicos e eletrônicos e sua documentação deve ser mantida no Museu, em caráter permanente. Após a efetivação da análise sobre a necessidade de baixa de um bem da coleção museológica, o Museu Olímpico do Rio também pode prever como alternativa para destinação do bem a ser descartado sua transferência para a coleção educativa.

Perfil do Acervo Físico e Digital

A diversidade do acervo físico do Museu Olímpico do Rio inclui medalhas, documentos condecorativos, numismática, fotografias, trajes, equipamentos esportivos (como raquetes e tatames), ícones representativos (bandeiras, tochas olímpicas, arcos olímpicos) e acervo audiovisual. Antecipando novas doações, destaca-se a importância de uma Reserva Técnica versátil para acomodar diferentes dimensões e materiais, mantendo a integridade da tipologia olímpica.

O Museu também se destaca pelo acervo digital, que atualmente representa a maior parte dos objetos e documentos, abrangendo registros audiovisuais, depoimentos e diversos acervos digitais. A gestão eficaz envolve custos adicionais, demandando espaço virtual dedicado, hardware atualizado e uma equipe qualificada para preservação e comunicação, conforme previsto no Programa de Gestão de Pessoas.

Documentação e Inventário

A análise identificou arrolamentos iniciais nos acervos físicos e digitais, apontando a necessidade urgente de documentação detalhada. Recomenda-se uma política de gestão de acervo clara, abrangendo processos de documentação, guarda, conservação e sistematização, além de documentos-base, como, ficha catalográfica e diagnóstico de conservação.

Guarda e Acondicionamento

O gerenciamento da coleção exige atenção especial, tanto física quanto digitalmente. Para a reserva técnica, é vital implementar sistemas de controle de temperatura, umidade e segurança. Para o acervo digital, destaca-se a importância de investir em hardware atualizado e tecnologias de armazenamento eficientes, garantindo conformidade com padrões museológicos contemporâneos.

Conservação e Restauro

Recomenda-se uma abordagem profissional, focada na Conservação Preventiva e Curativa, especialmente para o acervo digital. A reserva técnica deve ser planejada meticulosamente, com investimento em materiais de acondicionamento para objetos físicos e hardware atualizado para digitais. O monitoramento constante das condições ambientais é essencial para a preservação a longo prazo.

Políticas e Diretrizes

Além da já mencionada Política de Gestão de Acervo, sugere-se a criação de uma Política de Aquisição e Descarte para delimitar critérios de recebimento de doações, empréstimos e compras para enriquecer o acervo do Museu Olímpico do Rio⁸.

Metas

1. Criar a documentação-base para todos os procedimentos de aquisição, descarte, documentação, musealização, conservação e restauro;
2. Criar uma política de aquisição e descarte;
3. Criar uma política de gestão de acervo;
4. Realizar um inventário físico e digital do acervo;
5. Adequar a reserva técnica, por meio de projetos e contratações, que incluam os acervos físicos e digitais. Neste ponto, devem ser considerada a análise de elementos como: mobiliário de guarda, hardware disponível, sistemas de monitoramento e de segurança, etc;
6. Estabelecer uma plataforma de sistematização e controle do acervo;
7. Estabelecer uma rotina de monitoramento de acervo⁹;
8. Estabelecer uma tabela de temporalidade para os acervos físicos e digitais, de modo que os objetos possam ser higienizados e tratados de acordo com sua tipologia.
9. Implementar um sistema automatizado para o controle de temperatura e umidade relativa do ar na reserva técnica e nas áreas de exposição.

⁸ Alguns documentos como o Código de Ética do ICOM, a Recomendação Relativa à Proteção e Promoção dos Museus e das Coleções, da sua Diversidade e do seu Papel na Sociedade (Unesco, 2015), a Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural (Unesco, 2003), a Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, em que é acrescentada a dimensão imaterial ao patrimônio cultural brasileiro, o Decreto no 3.551, de 4 ago. 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial, o Estatuto de Museus do Ibram, instituído pela Lei no 11.904, de 14 jan. 2009; Lei de Direitos Autorais (Lei Federal no 9.610 de 19 fev. 1998), a Lei de Direitos de personalidade, descritos na Lei no 10.406, de 10 jan. 2002 (que institui o Código Civil) e a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal no 12.527/2011). Lei de Acesso à Informação do Estado do Rio de Janeiro Lei nº 12.527/2011 podem servir como subsídio para a elaboração das Políticas e Diretrizes.

⁹Aqui expressa-se uma atenção maior no tocante a um eventual microclima dentro das vitrines. Os índices de umidade e temperatura devem ser documentados e controlados no momento da instalação dos objetos nas vitrines, e quando houver necessidade de abrir-las por motivos de manutenção, troca de acervo ou outros, deve-se atentar-se para o mapeamento e atualização dos níveis de temperatura e UR atuais para evitar uma reação químico-física dos bens por um choque climático.

Programa de Exposições

A complexa tarefa de elaborar uma exposição, especialmente em grande escala, exige um equilíbrio delicado entre amplitude e profundidade na comunicação. No contexto do Museu Olímpico do Rio, esse desafio foi enfrentado por meio de um projeto expositivo que resultou em uma colaboração eficaz entre diversos agentes sociais. Com uma área expositiva generosa de 3 mil metros quadrados, a exposição proporciona aos visitantes uma imersão única no universo dos Jogos Olímpicos, guiada por diferentes eixos temáticos.

O cenário central é a transformação do Rio de Janeiro para sediar esse grandioso evento esportivo. A narrativa, inovadora e tecnológica, orienta os visitantes por diferentes momentos, começando pela própria escolha da cidade como sede. A exposição é muito mais que uma jornada cronológica; é uma experiência sensorial que contextualiza não apenas o evento, mas toda a trajetória do Rio de Janeiro até sua consagração como cidade olímpica.

Os eixos temáticos, desenvolvidos com meticulosa museografia, abrangem desde a candidatura do Rio até os feitos memoráveis dos atletas, os registros de recordes, as Paraolimpíadas, a mobilidade urbana, as modificações arquitetônicas e a preparação dos atletas. A exposição transcende as barreiras físicas e temporais, incorporando elementos interativos e tecnológicos para criar uma experiência dinâmica e acessível a todos os públicos.

No âmbito do Programa de Exposições, parte integrante do plano museológico, essa abordagem estratégica é abrangente, considerando desde temas e cronograma, até conservação e colaborações externas. O programa visa alinhar todas as exposições, sejam temporárias ou permanentes, virtuais ou físicas, à missão do museu. A interatividade e a acessibilidade são prioridades, buscando proporcionar não apenas uma exposição visual, mas uma oportunidade educativa e enriquecedora para os visitantes.

Assim, o Programa de Exposições não apenas destaca a importância das exposições para o Museu Olímpico do Rio, mas reforça seu compromisso com uma abordagem museológica que vai além da apresentação de objetos, priorizando a construção de narrativas envolventes, inclusivas e educativas. Essa abordagem é essencial para garantir que o museu cumpra sua missão de forma impactante e duradoura na memória de seus visitantes.

Diagnóstico

Ao analisar as exposições, identificamos um investimento significativo no Museu Olímpico do Rio, destacando-se a criação de uma exposição de longa duração com mais de 3 mil m² e 600 horas dedicadas ao design expositivo e usabilidade. O planejamento conceitual resultou em uma estrutura extraordinária do ponto de vista curatorial e museográfico, proporcionando acesso ao que há de mais moderno na expografia atual.

É crucial ressaltar a gestão de recursos humanos e as ações de preservação e pesquisa do acervo, elementos fundamentais em outros programas deste Plano Museológico. A eficácia dessas medidas garantirá a manutenção da exposição e a criação de novos projetos expográficos, derivados da interação com o público e novas formas de aquisição de acervo.

Por fim, recomenda-se que o museu possa planejar outras exposições complementares à exposição inaugural, estabelecendo linhas de pesquisa amplas e diversificadas para compreender o fenômeno museal. No futuro, a criação de exposições temporárias, abrangendo temas que podem acontecer além do espaço físico do museu, podendo ser explorada em parceria com outras instituições, como o Museu do Maracanã, cujos espaços foram revitalizados ou criados para as Olimpíadas do Rio.

Exposição Permanente

Instrumentos táteis, utilitários e inclusivos foram desenvolvidos com base nas particularidades de cada modalidade esportiva, tendo como propósito realçar as experiências e a presença dos visitantes do Museu Olímpico do Rio. Serão utilizados dispositivos que transcendem as percepções convencionais.

Nesse contexto, emerge um novo imaginário no qual as noções de gênero, idade, nacionalidade, locomoção e espaço físico se dissolvem, abrindo caminho para outras formas de ser e existir¹⁰. Trata-se de uma experiência que reflete a subjetividade e a sensibilidade contemporânea, permitindo a adoção de papéis e a construção de identidades passageiras, desafiando as fronteiras entre o mundo real e o virtual.

O Museu Olímpico do Rio oferecerá essa vivência aos seus visitantes. Com um circuito expositivo permanente que se propõe a abranger diferentes temas para instigar a curiosidade dos visitantes sobre as Olimpíadas no Rio de Janeiro, a transformação da cidade, seu legado urbanístico e social, além de permitir que os visitantes descubram os esportes, dividindo momentos que incentivam que todos se divirtam com as diferentes práticas e fiquem emocionados com a rememoração desse evento que é capaz de gerar sentimentos patrióticos, de união e esperança.

Os laços cognitivos e emocionais forjados por meio da interação com objetos, cenários e imagens neste museu podem desempenhar um papel essencial, quer essa interação ocorra no mundo real, por meio de visitas físicas, ou por meio de outras mídias que ampliem o impacto dessa instituição. É possível observar como os museus gerenciam sua autoridade cultural e podem abrir novas direções de pesquisa no campo do esporte e da própria história da cultura material. Isso pode ajudar a explorar as complexas relações entre os museus, o Estado, a sociedade civil e o espaço público, e como essas interações moldam nossa compreensão da cultura e da identidade.

A metodologia do design centrado no usuário foi aplicada para garantir que as necessidades dos visitantes estejam no centro do processo de design. A experiência do usuário (UX Design) concentra-se na interação emocional e holística entre o visitante e o acervo exposto, explorando dimensões cognitivas, emocionais e perceptivas. A pesquisa demonstra que a utilização do UX como estrutura teórica e o desenvolvimento de métodos específicos para avaliar exposições podem aprimorar a compreensão das experiências dos visitantes.

¹⁰Ver Beigueman (2016).

Pesquisas realizadas em museus do Reino Unido informam que exposições digitalmente responsivas¹¹ desempenham um papel significativo na estratégia dos museus para atrair visitantes, oferecendo experiências museológicas ativas e multissensoriais. No entanto, os museus frequentemente enfrentam desafios ao tentar compreender plenamente a experiência emocional e física imediata dos visitantes.

O Design Centrado no Usuário (UCD) é uma metodologia que coloca as necessidades do usuário no centro do processo de design, visando a criação de produtos em contextos. A experiência do usuário (UX) concentra-se na interação emocional e holística entre um usuário e um produto interativo.

Os designers de experiência do usuário empregam seu conhecimento para considerar as dimensões de envolvimento cognitivo, emocional e perceptivo das pessoas em contato com o acervo exposto, criando uma interação áudio cinestésica e visual. A referida pesquisa também demonstra que a utilização de UX como estrutura teórica e o desenvolvimento de métodos adicionais para avaliar exposições específicas podem aprimorar a compreensão institucional das experiências dos visitantes a partir da exposição¹².

Há, portanto, uma oportunidade de transformar a abordagem do Museu em relação ao seu público e ao desenvolvimento de programas mais inclusivos. Isso ocorre por meio da combinação entre história, esporte e tecnologia em um design que incorpora questões culturais relacionadas às celebrações e aos diversos desdobramentos de um país que sedia um evento esportivo global. Por meio dessa museografia, busca-se proporcionar experiências individuais e únicas aos visitantes no contexto do movimento olímpico e paraolímpico.

O foco principal é o fomento dessas iniciativas, juntamente com a atualização e manutenção dos recursos expográficos. A colaboração em redes, o estímulo a projetos sociais de memória e a consolidação de um edital para exposições temporárias completam as metas propostas.

¹¹ "Exposições digitalmente responsivas" referem-se a exposições museológicas que utilizam tecnologia digital de forma interativa e adaptável. Essas exposições são projetadas para responder às ações dos visitantes ou às condições ambientais, proporcionando uma experiência mais envolvente e personalizada. Por exemplo, uma exposição digitalmente responsiva pode ajustar o conteúdo exibido com base nas preferências do visitante, permitir a interação por meio de dispositivos móveis ou sensores, ou modificar as projeções de acordo com o movimento dos visitantes na exposição. Em resumo, "digitalmente responsivo" indica a capacidade de uma exposição de se adaptar e responder dinamicamente ao público, aproveitando a tecnologia digital para melhorar a experiência do visitante. (King;Smith; Wilson; Stott & Williams, 2023).

¹² Para mais informações, ver Ellie King, M. Paul Smith, Paul F. Wilson, Janet Stott & Mark A. Williams (2023).

Metas

1. Manutenção e atualização da exposição de longa duração;
2. Desenvolvimento de novos projetos expográficos;
3. Produção contínua de novas exposições;
4. Atualização e manutenção de recursos expográficos;
5. Colaboração em redes de cooperação;
6. Estímulo a projetos sociais de memória;
7. Consolidação de edital para exposições temporárias.

Programa Educativo e Cultural

O Programa Educativo e Cultural engloba os projetos e atividades educativo-culturais desenvolvidos pelo museu, direcionados a diversos públicos e estabelecendo conexões com diversas instituições. Essas iniciativas têm como propósito central estabelecer uma maior proximidade com o público, estimulando a percepção, compreensão e diálogo em torno das exposições. Além disso, buscam ampliar as discussões para abranger aspectos relacionados ao próprio museu.

O objetivo específico dessas ações é contribuir para o pleno desenvolvimento da natureza educativa do Museu. Isso é alcançado por meio do planejamento e realização de programas, projetos e ações educativas que também buscam enriquecer a educação não formal. Dessa forma, o Programa visa possibilitar a construção de conhecimentos em diversas dimensões, como cognitiva, afetiva, sensível e crítica, bem como promover a sociabilização de habilidades. Todo esse processo tem como base o patrimônio preservado e comunicado pelo Museu, explorando seus eixos temáticos como fontes enriquecedoras para o aprendizado.

Diagnóstico

Até o momento da avaliação, não foi identificado um Programa Educativo e Cultural implementado no Museu Olímpico do Rio. A ausência da documentação de criação institucional sugere que o museu encontra-se em estágio inicial de planejamento para a implementação dessas iniciativas. A elaboração de um cronograma, formação de uma equipe dedicada e uma comunicação transparente para informar o público sobre os progressos na implementação do programa é recomendado. Vale salientar que, dentro dos princípios de cidadania aos quais os recortes forem apresentados, os núcleos expositivos também irão pautar ações e discussões voltadas à área do esporte e da história, seus possíveis desdobramentos e os atores envolvidos.

A integração ao cronograma turístico-cultural e a compreensão dos agendamentos de equipamentos culturais e eventos da Secretaria Municipal de Cultura e de Esportes são essenciais, bem como, reconhecendo contribuições acadêmicas sobre olimpíadas e cidades, a proximidade com a comunidade acadêmica enriquecerá as abordagens do Museu.

Metas

1. Desenvolver Pesquisa de Público-Alvo;
2. Mapear Instituições de Ensino e do Terceiro Setor;
3. Aprimorar Continuamente as Ações e Serviços nos Núcleos de Ação Esportiva;
4. Ativar Parcerias com Espaços Olímpicos na Cidade;
5. Capacitar Futuros Parceiros Institucionais;
6. Desenvolver Programa Pedagógico;
7. Criar Atividades Educativas e Inclusivas.

Programa de Pesquisa

O Programa de Pesquisa abrange o processamento e disseminação de informações, com foco em linhas de pesquisa institucionais e projetos destinados aos estudos de público, patrimônio cultural, museologia e história institucional. Funcionando como facilitador, o programa pode ser estruturado em eixos que englobam pesquisa no acervo, atualização de exposições, elaboração de produtos culturais, documentação, difusão e parcerias nacionais e internacionais.

Diagnóstico

O Diagnóstico identificou poucas iniciativas voltadas preferencialmente à aquisição de novos itens do acervo e a produção da exposição, todos voltados ao projeto inicial do Museu. Sendo assim, o Museu Olímpico do Rio carece de ações contínuas, assim, é inquestionável que um programa de pesquisa seja estabelecido.

Foi percebido que a instituição tem o desejo de implementar esse programa como uma etapa futura, a fim de potencializar a relevância e o impacto das atividades de pesquisa, fortalecendo ainda mais a posição do Museu Olímpico do Rio como um centro dinâmico de conhecimento, vivência e preservação do legado olímpico na cidade do Rio de Janeiro, sob diferentes perspectivas e pontos de vista. Assim, com a criação de um Centro de Referência (CR), o Museu poderá desempenhar um papel essencial na pesquisa, documentação e disseminação de seu acervo e de suas atividades¹³.

É possível observar o potencial deste museu para gerenciar sua autoridade cultural e abrir novas direções de pesquisa no campo do esporte e da própria história da cultura material esportiva. Isso pode contribuir para explorar as complexas relações entre os museus, o Estado, a sociedade civil e o espaço público, e como essas interações moldam a compreensão da cultura e da identidade das comunidades envolvidas.

Metas

1. Criação e desenvolvimento de um Programa de Pesquisa;
2. Criação de um Centro de Referência;
3. Participação em Redes de Cooperação;
4. Credenciamento na Redes de Museus Olímpicos e alinhamento com a sua missão;¹⁴
5. Desenvolvimento de parcerias junto a outros equipamentos culturais das Secretarias Municipais de Cultura e de Esporte do Rio de Janeiro;
6. Desenvolvimento de parcerias junto à comunidade acadêmica;
7. Atualização da exposição de longa duração, elaboração de diferentes exposições com temas relacionados diretamente ou indiretamente com a temática esportiva, produtos culturais e educativos, documentação, difusão e parcerias nacionais e internacionais.

¹³ Sobre o Centro de Referência: existem trabalhos acadêmicos sobre o efeito das olimpíadas na arquitetura da cidade. Isso também reforça a importância do espaço para o contexto social do entorno e da própria cidade.

¹⁴ Ver <https://olympics.com/museum/collaborate/olympic-museums-network> Acesso em 19 de novembro de 2023.

Programa Arquitetônico-Urbanístico

O Programa Arquitetônico e Urbanístico constitui um conjunto estratégico voltado para orientar o desenvolvimento físico e espacial de um museu, abrangendo tanto os aspectos arquitetônicos quanto os urbanísticos. Sua análise incide sobre elementos como a infraestrutura existente, a capacidade de expansão, a acessibilidade, a integração com o entorno e a adequação dos espaços às necessidades curatoriais e educativas do museu.

O principal objetivo é estabelecer diretrizes para a concepção e implementação de espaços museológicos que otimizem a experiência do visitante, promovam a preservação do acervo e estejam alinhados à missão e objetivos do museu a longo prazo.

Diagnóstico

O diagnóstico arquitetônico-urbanístico do Museu Olímpico do Rio revelou uma dualidade de oportunidades e desafios em sua adaptação ao edifício originalmente planejado para as Olimpíadas. Pontos positivos incluem a manutenção da identidade visual na exposição e a flexibilidade da estrutura para acomodar os espaços técnicos.

Entretanto, atenção é necessária na gestão da equipe de arquitetura para garantir a continuidade e alinhamento com o projeto inicial, especialmente para os espaços do Velódromo. O diagnóstico detalha aspectos estruturais, como a sustentação do piso e a execução de guarda-corpos, essenciais para a segurança dos visitantes. A uniformização estética do mezanino, com pintura tipo cimento queimado cinza claro, é vital.

Na acessibilidade, a execução de escadas e pisos novos, atenção à infraestrutura e à parte elétrica no corredor da "varanda", e a instalação de elevadores e plataformas elevatórias são cruciais. Cuidados adicionais com passagens de elétrica, cabos de rede, e a execução do projeto são fundamentais para a funcionalidade e segurança do museu.

Embora o Museu Olímpico do Rio tenha espaço hábil para a instalação administrativa, ainda não foram construídos os espaços técnicos. É expressado aqui a continuidade dos trabalhos de documentação, tratamento do acervo e guarda do acervo, sendo indispensável a criação de uma Reserva Técnica devidamente mobiliada com materiais de qualidade arquivística para acondicionamento, aquisição de materiais inertes para guarda e mobiliário técnico.

A Quarentena deve ser um espaço onde a instituição realiza observações quanto a indícios de infestação, ataques biológicos ou qualquer outro tipo de degradação que possa contaminar o restante das coleções. O projeto arquitetônico para essa acomodação deve prever suas particularidades, como uma climatização própria e não compartilhada, ou seja, as saídas de ar da Sala de Quarentena devem ser distintas das demais e devem estar instaladas em um ambiente mais afastado da Reserva Técnica.

Por fim, o Programa deve considerar a integração territorial e social do entorno do Parque Olímpico, estabelecendo parâmetros para ações externas, como exposições temporárias e cooperação com outras instituições.

Metas

1. Contratar projeto e execução de melhorias na acústica do ambiente;
2. Contratar projeto e execução de automação do sistema de iluminação;
3. Contratar projeto e execução de automação de acessibilidade física;
4. Contratar projeto e execução de segurança, considerando, por exemplo, sistema anti-incêndio e saídas de emergência;
5. Contratar projeto e execução revestimento anti-umidade em todas a estrutura e mobiliário expositivo;
6. Contratar sistema de controle de acesso, como catracas eletrônicas, incluindo a manutenção do sistema;
7. Contratar projeto e execução de sistema de ventilação;
8. Contratar projeto e execução de sistema de controle ambiental para exposições e reserva técnica que permita o monitoramento de forma remota;
9. Contratar projeto e execução de sustentação para piso dos vãos;
10. Contratar projeto e execução de sustentação dos vidros;
11. Contratar projeto e execução para guarda-corpos no espaço comum;
12. Contratar projeto e execução para nivelamento da parede inferior do mezanino;
13. Contratar projeto e execução de novas escadas;
14. Contratar projeto e execução de piso novo;
15. Contratar projeto e execução de instalação de elevadores e plataformas elevatórias;
16. Contratar projeto e execução passagens cabos de rede;
17. Contratar projeto e execução de remanejamento do sistema de ar condicionado.

Programa de Segurança

O Programa de Segurança é uma iniciativa abrangente que visa salvaguardar todos os elementos fundamentais do museu, desde sua estrutura até o acervo e os diversos públicos envolvidos. Este programa incorpora a gestão de sistemas, equipamentos e instalações, proporcionando diretrizes claras por meio de procedimentos de segurança e estratégias de emergência. Com um enfoque especial na segurança contra incêndio e segurança patrimonial, este documento será sujeito a revisões anuais ou sempre que houver modificações nos procedimentos relacionados a esses aspectos de segurança.

Na esfera da segurança contra incêndio, abordamos tanto a proteção ativa, por meio de sistemas como alarmes e sprinklers, quanto a passiva, com a integração de materiais resistentes ao fogo. Ao considerarmos a segurança patrimonial, nosso foco principal é a proteção contra furtos, vandalismo e outros riscos, envolvendo uma abordagem integrada que abarca elementos arquitetônicos, tecnológicos e humanos.

Os principais pilares que orientam nossos esforços são a proteção de pessoas, preservação do patrimônio e a segurança de informações valiosas, ajustando o nível de segurança conforme as necessidades específicas do museu em relação a esses três elementos essenciais.

Diagnóstico

Durante o processo de Diagnóstico de Segurança, a equipe de arquitetura e bombeiros realizou visitas técnicas, resultando em uma avaliação de riscos potenciais. Essa avaliação, complementada por uma análise detalhada dos custos associados à reconstrução e restauração do edifício do Museu, visa estabelecer uma base sólida para a escolha de uma apólice de seguro mais adequada.

Este diagnóstico, elaborado a partir da análise criteriosa dos tópicos mencionados abaixo, busca estabelecer uma base sólida para a implementação de estratégias de segurança abrangentes e eficazes, visando a preservação do Museu, de seu acervo, e a segurança de seus ocupantes e visitantes.

Metas

1. Desenvolver e executar planos e protocolos de segurança para resguardar pessoas, ativos patrimoniais e a estrutura do Museu;
2. Criar um plano para minimizar riscos e reduzir perdas patrimoniais em situações como furtos, roubos e atos de vandalismo;
3. Implementar medidas ativas e passivas para detectar e controlar incêndios, assegurando evacuação segura;
4. Utilizar materiais adequados e combinar soluções arquitetônicas, tecnológicas e operacionais para proteger pessoas, patrimônio e informações;
5. Estabelecer sistemas de sinalização de emergência e formar uma brigada de incêndio para orientar o público e agir eficazmente em emergências;
6. Monitorar o cumprimento da documentação legal para garantir a conformidade do Museu com normas e regulamentações;
7. Coordenar ações com outros agentes do entorno para garantir a segurança geral do local.

Programa de Financiamento e Fomento

Um Plano de Fomento e Financiamento para Museus consiste em estratégias e medidas destinadas a impulsionar o desenvolvimento, preservação e sustentabilidade de museus, por meio de apoio financeiro e incentivos. Normalmente elaborados por governos, organizações culturais ou instituições dedicadas ao setor museológico, esses planos visam fortalecer a vitalidade cultural e educacional dos museus.

Para o financiamento de projetos no setor museológico, especialmente para museus registrados no IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), existem atualmente três alternativas principais. A primeira é o apoio direto do Ministério da Cultura e do IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), utilizando recursos do Orçamento Geral da União (OGU). A segunda opção envolve Emendas Parlamentares ao Orçamento, enquanto a terceira ocorre por meio de Renúncia Fiscal, conforme estabelecido pela Lei nº 8.313/91. Estes editais públicos buscam selecionar iniciativas e/ou projetos voltados para a preservação, modernização, difusão, ações educativas e aperfeiçoamento do setor museal.

No modelo de gestão dos equipamentos das Secretarias Municipais de Cultura e de Esportes, por meio de Organizações Sociais (OS), os contratos estabelecem a obrigação de complementar o orçamento das instituições culturais. Uma vez integrado à pasta de cultura, o museu não depende exclusivamente dos repasses diretos da SMC-Rio. Esse modelo de gestão propõe a geração de receitas provenientes de fontes internas, como bilheteria e cessão onerosa contínua de espaços, e fontes externas, como patrocínios privados, vinculados ou não a leis de incentivo, participação em editais, crowdfunding e programas de doadores.

Além disso, o modelo favorece a criação de parcerias, seja por meio de permuta ou cooperação técnica, buscando não apenas o desenvolvimento de novas ações, mas também a desoneração de parte do orçamento destinado à manutenção ordinária do museu. Exemplos de parcerias que não envolvem transações financeiras incluem acordos com veículos de comunicação, empresas prestadoras de serviços ou fornecedoras de insumos necessários à operação dos equipamentos culturais. Este modelo dinâmico e diversificado fortalece a sustentabilidade financeira e a resiliência dos museus, promovendo a continuidade de suas atividades e o alcance de sua missão cultural.

No âmbito do Plano de Fomento e Financiamento do Museu Olímpico do Rio, as leis de incentivo desempenham um papel crucial na captação de recursos e no apoio financeiro para o desenvolvimento, preservação e sustentabilidade da instituição. Entre essas leis, destaca-se a Lei Federal de Incentivo à Cultura, conhecida como Lei Rouanet. O Museu pode buscar a adesão a projetos culturais que se enquadrem nos critérios estabelecidos pela Lei Rouanet. Esta legislação permite que empresas e pessoas físicas destinem parte do Imposto de Renda devido para patrocinar projetos culturais aprovados pelo Ministério da Cultura. Dessa forma, o Museu Olímpico do Rio tem a oportunidade de atrair investimentos significativos de empresas interessadas em associar sua marca a iniciativas culturais relevantes.

Além da Lei Rouanet, outros mecanismos de incentivo fiscal podem ser explorados, como as leis estaduais e municipais de incentivo à cultura. Estas leis proporcionam benefícios fiscais a empresas e indivíduos que apoiam projetos culturais em nível estadual ou municipal, complementando as possibilidades de captação de recursos. A participação em editais públicos também se destaca como

uma estratégia para o Museu angariar financiamento. A busca por editais específicos voltados para a preservação, modernização, difusão e ações educativas no setor museal pode resultar em recursos adicionais para impulsionar projetos específicos.

Ademais, a integração ao modelo de gestão da Secretaria Municipal de Cultura (SMC-Rio) por meio de Organizações Sociais (OS) amplia as fontes de receita. O Museu não apenas depende dos repasses diretos da SMC-Rio, mas busca gerar receitas internas, como bilheteria e cessão de espaços, bem como fontes externas, como patrocínios privados vinculados ou não a leis de incentivo, crowdfunding e programas de doadores.

O uso estratégico do branding para produtos, áreas, derivados e outros suportes no Museu Olímpico do Rio se revela como uma abordagem dinâmica e eficaz para impulsionar o fomento, criar receitas e captar recursos. Ao incorporar as marcas dos patrocinadores em diferentes aspectos da experiência museológica, estabelece-se uma sinergia que vai além da mera associação financeira. Essa integração pode se manifestar na criação de produtos exclusivos, desenvolvidos em colaboração com as marcas parceiras. Esses itens, como souvenirs personalizados, livros temáticos ou outros artefatos culturais, não apenas se tornam fontes adicionais de receita, mas também servem como veículos tangíveis para a expressão da parceria.

Além disso, as áreas do museu podem ser designadas ou renovadas em colaboração com os patrocinadores, proporcionando aos visitantes ambientes enriquecidos e memoráveis. Essa estratégia não só contribui para a estética do museu, mas também reforça a presença das marcas, criando uma ligação visual e emocional com o público. Explorar derivados, como eventos temáticos patrocinados, palestras ou workshops, oferece oportunidades de envolvimento mais profundo. Essas iniciativas não apenas diversificam as fontes de receita, mas também promovem experiências educativas e culturais que beneficiam tanto o museu quanto os patrocinadores.

Ao integrar as marcas dos patrocinadores nos suportes digitais, como sites, aplicativos e mídias sociais do museu, a estratégia de *branding* se estende para além das paredes físicas. Essa presença reforça a colaboração, atingindo um público mais amplo e potencialmente global. Dessa forma, o Museu Olímpico do Rio não apenas obtém benefícios financeiros tangíveis, mas constrói relacionamentos duradouros com os patrocinadores. Essas parcerias não se limitam a transações comerciais; tornam-se laços que enriquecem a experiência cultural, estabelecendo uma sinergia que eleva a missão da instituição e a conecta de maneira significativa com a comunidade e os visitantes.

Diagnóstico

O Museu encontra-se em processo de criação, desta forma, é de suma importância a institucionalização do Museu por meio do Ato de Criação, que não apenas representará um marco significativo e fundamental para sua existência. A partir deste documento, é possível estabelecer as bases para a implementação de estratégias de financiamento e gestão que viabilizarão sua sustentabilidade a longo prazo.

Nesse contexto, a compreensão do papel crucial desempenhado pelos diferentes modelos de financiamento ressalta a necessidade de estabelecer parcerias e fontes diversificadas de receitas para garantir o pleno desenvolvimento e funcionamento do museu em sua fase inicial e ao longo de sua trajetória. O desejo do Museu Olímpico do Rio é de que possa receber o repasse municipal por meio de leis de incentivo, de modo a não sobrecarregar o repasse público, focando na busca de outros formatos de fomento.

Metas

1. Articular fontes alternativas que possam direcionar recursos volumosos ao Museu, como recursos vinculados a privatizações, multas, etc;
2. Participação no Fundo Municipal de Cultura;
3. Manter busca constante de outros fundos e leis de incentivo disponíveis;
4. Buscar articulação com parlamentares para emendas que destinem recursos ao Museu.

Programa de Comunicação

O Programa de Comunicação, conforme definido pelo IBRAM, engloba a divulgação de projetos e atividades institucionais, visando a disseminação da imagem nos âmbitos local, regional, nacional e internacional. Subprogramas como editorial, intercâmbio institucional e comunicação visual são componentes desse programa. A comunicação museológica, conforme nos explica a professora Marília Cury, é a extroversão do conhecimento em museus, indo desde a interação específica nos meios de comunicação social até as ações estratégicas para promover o diálogo com o público.

No contexto mais amplo, a comunicação institucional, ou organizacional, é um processo estratégico que utiliza diversas ferramentas para promover o diálogo entre a instituição e os seus públicos. Essa abordagem interdisciplinar visa criar identidade e consolidar a imagem institucional, refletindo a missão, visão, valores e cultura da organização. A identidade corporativa destaca o que a instituição é, enquanto a imagem institucional representa a percepção subjetiva do público sobre a organização. Ambas são fundamentais para a construção de uma imagem positiva, dependendo do trabalho contínuo de divulgação, informação e relacionamento promovido pela instituição.

Diagnóstico

O Museu Olímpico do Rio não possui um Programa de Comunicação estabelecido, no entanto, a análise do diagnóstico demonstra um cenário positivo já em um primeiro momento, uma vez que fora mapeado um grande retorno de mídia envolvendo o Parque Olímpico e suas dependências.

A marca

O logotipo e a identidade visual e de sinalização do Museu Rio Olímpico, estão sendo criados para sua implementação, tendo o evento olímpico como inspiração estética e tipográfica. A marca do Museu está sendo desenvolvida em consonância com o Comitê Olímpico Internacional e a Rede de Museus Olímpicos. A Prefeitura do Rio de Janeiro também mantém constante o zelo sobre o uso da marca do Governo do Rio de Janeiro associada ao Comitê Olímpico Brasileiro, sempre que possível, no material de divulgação e, obrigatoriamente, em publicações e sites.

Relacionamento com a Imprensa

Chamada também de Assessoria de Imprensa, é a interface diária e contínua com veículos de imprensa e seus profissionais. Em que pese o aumento da importância das redes sociais, a imprensa ainda é o meio mais relevante de comunicação de massa com o público e, especialmente, o não público do Museu Olímpico do Rio, sendo de importância estratégica para a reputação institucional e para a divulgação dos programas e exposições.

Gestão de redes sociais digitais

Ainda não existe uma página oficial criada para o Museu Olímpico do Rio. Sua criação consiste no gerenciamento dos perfis oficiais do Museu nas redes sociais, incluindo o planejamento e a publicação de posts, a interação com os usuários e o atendimento às dúvidas e mensagens encaminhadas por esses canais, sobre assuntos diversos relacionados à instituição. As redes sociais são um importante canal de disseminação de conteúdos com o público orgânico e final do museu, sem a mediação da imprensa, e também para o alcance de públicos com diferentes faixas etárias. Nenhuma conta foi criada ou ativada até o presente momento, mas será ativada oportunamente, com base em estratégias de social media, content marketing, dentre outras.

Gestão de conteúdo do site institucional

Atualmente, duas opções principais estão sendo consideradas: a criação de um site independente exclusivo para o Museu ou a incorporação do conteúdo ao portal da Secretaria Municipal de Esportes do Rio de Janeiro. A escolha entre essas alternativas impactará diretamente na forma como o público interage com o Museu e como as informações são acessadas.

A criação de um site próprio oferece a oportunidade de estabelecer uma presença digital distinta, alinhada à identidade única do Museu. Isso permitiria a customização de design, estrutura e conteúdo para atender às necessidades específicas da instituição e do seu público. Além disso, um site independente proporciona flexibilidade para destacar eventos, exposições e programas de maneira mais focalizada, contribuindo para uma experiência online mais imersiva. Por outro lado, a incorporação do conteúdo ao portal da Secretaria Municipal de Esportes pode fortalecer a sinergia entre o Museu e outras instituições da cidade.

A integração pode facilitar o acesso do público a uma variedade de eventos e iniciativas culturais, consolidando informações em um local central. Essa abordagem também pode refletir uma cooperação mais estreita com a Secretaria, contribuindo para uma gestão unificada de comunicação cultural na cidade do Rio de Janeiro.

Independentemente da escolha, é imperativo que o programa de comunicação do Museu esteja estrategicamente alinhado com os objetivos e diretrizes da Secretaria Municipal de Esportes do Rio de Janeiro. A coesão na comunicação não apenas reforçará a identidade cultural da cidade, mas também otimizará os recursos e esforços, garantindo uma mensagem consistente e impactante para o público.

Diante desse cenário, a gestão de conteúdo do site institucional emerge como um elemento crucial na construção da presença digital do Museu. A abordagem escolhida deve refletir o branding da organização, com missão, visão e valores da instituição, promovendo uma experiência online envolvente e alinhada com as expectativas do público e das autoridades culturais municipais. O planejamento estratégico da gestão de conteúdo será fundamental para assegurar o sucesso dessa presença digital, impulsionando o Museu como um protagonista cultural na cidade do Rio de Janeiro.

Metas

1. Contratação de equipe especializada;
2. Realização de Pesquisa de público;
3. Criação de uma política de comunicação como um documento que oriente ações internas e externas do setor, a ser produzido de maneira colaborativa com outras equipes do Museu, a fim de que expresse de fato um posicionamento institucional;
4. Enfoque nas ações digitais do museu, entre as quais: criação dos sites e redes sociais, disponibilização de conteúdos, pesquisa de público em meio digital, frequência e adequação para cada tipo de meio de comunicação, atualização de recursos de acessibilidade e engajamento de público;
5. Enfoque a comunicação interna do Museu com a Secretaria Municipal de Esportes;
6. Coordenação coordene as publicações impressas e on-line elaboradas pelas áreas meio e fim, de forma a fortalecer a marca editorial do museu;
7. Criação de parcerias com agências de comunicação, mídias e agentes influenciadores, objetivando ampliar e fortalecer a presença no museu.

Programa Socioambiental

O Programa de Sustentabilidade, integrante vital do Plano Museológico, visa instaurar práticas sustentáveis nas operações do museu, proporcionando benefícios econômicos, impactos positivos no meio ambiente, responsabilidade social e aprimoramento da imagem institucional.

A adoção de práticas sustentáveis resulta em economia, reduzindo o consumo de recursos como água e energia, otimizando os custos operacionais e aumentando a eficiência financeira do museu. Além disso, a utilização de tecnologias e materiais sustentáveis contribui para a preservação ambiental, minimizando o impacto ecológico. Por fim, o compromisso social reforça a consciência do papel do museu na sociedade, enfatizando a importância da inclusão e da promoção da diversidade.

Diagnóstico

O diagnóstico revelou o interesse em adotar práticas sustentáveis, mas não está claro quem será responsável por implementá-las. O museu pode explorar oportunidades não aproveitadas, como a destinação adequada dos materiais expositivos e a adoção de mobiliário reutilizável. Reduzir o desperdício de impressões e otimizar o uso de recursos também são áreas de aprimoramento.

Para alcançar a sustentabilidade financeira, o museu deve otimizar recursos, buscar parcerias e diversificar suas fontes de receita. A gestão eficiente e transparente desempenha um papel crucial na atração de apoio e recursos, fortalecendo a autonomia, capacidade de investimento e impacto na sociedade.

A construção de exposições e atividades em parceria com o público externo é essencial para garantir a sustentabilidade e o contínuo investimento nas ações de preservação. Ao envolver a comunidade local e os visitantes, o museu fortalece sua relação com a sociedade, promovendo melhorias sociais significativas.

Metas

1. Diversificar as fontes de receita, aumentando a contribuição de doações, parcerias e eventos, visando reduzir a dependência de uma única fonte financeira;
2. Melhorar a transparência financeira, publicando relatórios financeiros regulares e detalhados para fortalecer a confiança da comunidade e atrair apoio;
3. Otimizar os processos operacionais, identificando e implementando medidas que reduzam os custos operacionais sem comprometer a qualidade dos serviços prestados;
4. Realizar eventos anuais que promovam o envolvimento ativo da comunidade nas atividades do museu, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e incorporadas nas decisões;
5. Garantir a acessibilidade cultural, oferecendo exposições e atividades que reflitam a diversidade da comunidade local, promovendo a inclusão e representatividade;
6. Desenvolver programas educativos que abordem questões sociais e ambientais, visando aumentar a conscientização e promover a compreensão do papel do museu na sociedade.

Programa de Acessibilidade Universal

O Programa de Acessibilidade é uma parte integral do Plano Museológico, visando garantir um acesso equitativo para todos, incluindo pessoas com necessidades especiais. Por meio de diversos projetos, implementamos políticas e procedimentos que transformam o museu em um espaço inclusivo.

Este programa abrange a instalação de infraestrutura acessível, como, rampas e elevadores, além da disponibilização de informações em formatos acessíveis, como braille e tecnologias assistivas. Subprogramas específicos serão desenvolvidos para atender grupos com desafios únicos, como pessoas de baixa renda e idosos. A realização de eventos e atividades inclusivas promove a diversidade e amplia o acesso.

Em resumo, o Programa de Acessibilidade constitui a base do Plano Museológico, garantindo que o Museu Olímpico do Rio seja acessível a todos, independentemente de suas limitações. A acessibilidade, em todas as suas formas, é essencial para assegurar a igualdade de acesso¹⁵.

Diagnóstico

Embora o Museu Olímpico do Rio já tenha estabelecido um Programa de Acessibilidade, a instituição, mesmo antes da formalização deste Plano Museológico, está ativamente, tanto por meio de sua exposição quanto do Plano Museológico, na implementação de uma política de inclusão. Esta política tem como objetivo estabelecer princípios, diretrizes, orientações e responsabilidades que transformem a instituição em um ambiente mais inclusivo e acessível para todos.

É evidente que o projeto inicial do Museu Olímpico do Rio não encara a acessibilidade apenas como uma obrigação legal; ele a posiciona como protagonista, demonstrando um compromisso ativo por meio de sua exposição.

Investindo em tecnologias que ampliam a autonomia do visitante, o museu vai além da simples celebração do esporte olímpico, estendendo-se de maneira inclusiva e representativa ao universo paralímpico, destacando-se como o primeiro no Brasil a abordar tal temática de forma proeminente.

Dessa forma, o museu não apenas atende a requisitos normativos, mas se destaca ao proporcionar uma experiência acessível e inclusiva a todos os seus visitantes, reforçando seu papel como agente promotor de igualdade e diversidade.

¹⁵Desde a sua fundação, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) tem incorporado anualmente o Programa Museus e Acessibilidade em seus Planos de Ação. Dentro desse escopo, são implementadas iniciativas destinadas a promover a acessibilidade, evidenciando o compromisso da instituição com a inclusão de diversos públicos

Metas

1. Garantir um ambiente inclusivo e respeitoso em todos os espaços do Museu, rejeitando qualquer forma de discriminação;
2. Assegurar o cumprimento de todos os direitos e marcos legais estabelecidos para garantir a acessibilidade;
3. Facilitar a participação e representatividade do público-alvo na formulação e execução de ações direcionadas a esse perfil;
4. Garantir uma infraestrutura física adequada para acesso e permanência, incluindo instalações amigáveis para pessoas idosas e com deficiência;
5. Proporcionar atendimento afetivo, capacitado e igualitário, eliminando barreiras atitudinais;
6. Reconhecer e respeitar a diversidade de gênero, cultural e social presente na instituição;
7. Disponibilizar publicações e materiais lúdico-pedagógicos em formatos acessíveis.
8. Garantir a tradução para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), janela de Libras e legendas em eventos e palestras;
9. Promover a capacitação da equipe para adoção de boas práticas no convívio e em atividades educativas inclusivas com pessoas com deficiência;
10. Realizar uma consultoria em acessibilidade para avaliar e aprimorar a infraestrutura e práticas inclusivas do Museu;
11. Contratar e manter uma equipe qualificada, capacitada para lidar com questões de acessibilidade e inclusão.

Etapas 3 - Projetos

Programa	Metas	Responsável
Programa Institucional	A definir.	A definir.
Programa de Gestão de Pessoas	A definir.	A definir.
Programa de Acervo	A definir.	A definir.
Programa de Exposições	A definir.	A definir.
Programa Educativo e Cultural	A definir.	A definir.
Programa de Pesquisa	A definir.	A definir.
Programa Arquitetônico-Urbanístico	A definir.	A definir.
Programa de Segurança	A definir.	A definir.
Programa de Financiamento e Fomento	A definir.	A definir.
Programa de Comunicação	A definir.	A definir.
Programa Socioambiental	A definir.	A definir.
Programa de Acessibilidade	A definir.	A definir.

Glossário

ACERVO: Conjunto de bens culturais sob a guarda de uma instituição, representando um repositório valioso de herança cultural.

ACONDICIONAMENTO: Medida protetora que envolve a separação ou isolamento do bem cultural de seu ambiente, garantindo sua preservação.

AQUISIÇÃO: Ato ou efeito de adquirir, seja por compra, permuta, legado, coleta de campo, recolhimento, transferência, tornando efetiva a responsabilidade da instituição sobre o bem cultural.

BEM CULTURAL: Termo amplo que engloba objetos materiais associados às tradições culturais, focando principalmente em bens móveis, como obras de arte, livros, manuscritos, objetos arqueológicos, entre outros.

CATALOGAÇÃO: Descrição normalizada de cada bem cultural no acervo, buscando ordená-los para facilitar localização, consulta, empréstimo e exposição.

CLIMATIZAÇÃO: Monitoramento e controle apropriado das condições ambientais, como temperatura e umidade.

COLEÇÃO: Reunião intencional de objetos, destacando-se por cuidados especiais, estudos e exposição, podendo ser segmentada em diversas categorias.

CONSERVAÇÃO: Observação, estudo e controle das causas de degradação dos bens culturais, com a adoção de medidas preventivas.

DESCARTE: Procedimento de dar baixa ou suprimir um bem cultural do acervo.

DOCUMENTAÇÃO: Conjunto de conhecimentos e técnicas para processar os bens culturais ou seus dados, abrangendo localização, identificação, aquisição, análise, armazenamento, recuperação, circulação e preservação da informação especializada.

GESTÃO DE ACERVO: Responsável por salvaguardar, cuidar do bem-estar físico e de conteúdo do acervo, garantir a segurança a longo prazo, possibilitar o acesso público e descrever as atividades administrativas do museu.

GESTÃO DE RISCOS: Coordenação de atividades para dirigir e controlar uma organização em relação ao risco, aplicável a toda a organização, funções, atividades e projetos específicos.

INVENTÁRIO: Relação individualizada dos bens culturais de uma instituição, contendo descrições e condições de conservação, com o objetivo de salvaguardar.

INVÓLUCRO: Acondicionamento individual do bem cultural para guarda ou proteção.

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE CULTURA: Instituições não-governamentais, associações ou fundações sem fins lucrativos, qualificadas para atuar em parceria com o governo do Estado na gestão de equipamentos e programas culturais.

PLANO DE EMERGÊNCIA: Conjunto de procedimentos para minimizar as consequências de eventos indesejados.

PRESERVAÇÃO: Ações que garantem a integridade das informações e significados de um bem cultural, através de sua gestão e proteção.

PROCESSAMENTO TÉCNICO: Tratamento dado a todo bem cultural adquirido para o acervo, fornecendo subsídios para sua recuperação e acesso.

RESERVA TÉCNICA: Espaço destinado à guarda de acervo.

RESTAURAÇÃO: Conjunto de ações para melhorar a apreciação, compreensão e uso de um bem cultural, respeitando seus materiais originais.

SALA DE QUARENTENA: Espaço para a guarda de objetos em trânsito ou regimes de quarentena para acervos recém-adquiridos ou infestados por microorganismos e pragas.

SUPORTE: Material que contém impressão de informação em suas diferentes formas, sendo bi ou tridimensional.

Referências Bibliográficas

BEIGUELMAN, Giselle. Reinventar a memória é preciso. São Paulo, 2014.

CURY, Marília Xavier. Novas perspectivas comunicacionais para os museus brasileiros. In: IV Encontro do Fórum Permanente de Museus Universitários e II Simpósio de Museologia da UFMG, 2007, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 1-5. Disponível em: [link](#). Acesso em: 20 de novembro de 2023.

FRONER, Yacy-Ara. Reserva técnica. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008.

FRONER, Yacy-Ara; ROSADO, Alessandra. Tópicos em conservação preventiva 2 – Princípios históricos e filosóficos da conservação preventiva. LACICOR/EBA/UFMG. Belo Horizonte, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro. Cartilha, 2013.

IBERMUSEUS, ICCROM. Guia de Gestão de Riscos para o patrimônio museológico. [S.l.], 2017. Tradução de José Luiz Pedersoli Jr. Disponível em: [link](#).

ICOM-CC. Resolution submitted to the ICOM-CC membership. Terminology to characterise the conservation of tangible cultural heritage. Por ocasião da 15ª Conferência Trienal, Nova Délhi, 22–26 de setembro de 2008.

ICOM-CC. 2008a. Terminology to characterize the conservation of tangible cultural heritage. Disponível em: [link](#). Acesso em: 23 de outubro de 2023.

IPHAN. Cadastro Nacional de Museus. Brasília, 2021. Disponível em: [link](#). Acesso em 23 de novembro de 2023.

IPHAN. Plano Nacional de Museus. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

KING, Smith, Wilson, Stott & Williams, 2023.

LINS, Ana Marta de Carvalho. Le transport des jeux olympiques et la construction des infrastructures des villes-hôtes. Les cas de Rio de Janeiro et de Paris. Paris, 2023.

MICHALSKI, Stefan. Conservação e preservação do acervo. In: UNESCO/ICOM. Como gerir um museu: manual prático. França: ICOM, 2004.

MIRABILE. Antonio. A reserva técnica também é museu, Boletim da ABRACOR de junho 2010, pp. 4-9, Brazil.

SOUZA, Luiz A. C. Conservação Preventiva: Controle Ambiental. In: Tópicos em Conservação Preventiva-5. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008.

SOUZA, Luiz Antônio Cruz; FRONER Yacy-Ara, 1966. Reconhecimento de materiais que compõem acervos. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008. 24 p. (Tópicos em conservação preventiva 5).

PLANO MUSEOLÓGICO DO MUSEU DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA. Rio de Janeiro, 2021.

Anexo

DECRETO RIO N° 54978 DE 19 DE AGOSTO DE 2024

Dispõe sobre a criação do Rio Museu Olímpico, e dá outras providências.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e

CONSIDERANDO o previsto no art. 215 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, segundo o qual o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional;

CONSIDERANDO o previsto no art. 337 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, segundo o qual o Município estimulará a produção, a valorização e a difusão da cultura em suas múltiplas manifestações;

CONSIDERANDO que a Cidade do Rio de Janeiro sediou os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, que passaram a integrar a história da Cidade;

CONSIDERANDO a existência de relevantes acervos, digitais, documentais e museológicos dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016; e

CONSIDERANDO que a inovadora iniciativa do Plano de Legado Olímpico dos Jogos Rio 2016 prevê o reaproveitamento das estruturas e equipamentos olímpicos,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Rio Museu Olímpico, localizado no Velódromo Olímpico da Cidade do Rio de Janeiro, dentro do Parque Olímpico da Barra da Tijuca.

§1º O museu deverá integrar a Olympic Museum Network (OMN).

§2º O Conselho Curador do Rio Museu Olímpico será criado e regulamentado por Decreto específico.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2024; 460º ano da fundação da Cidade.

EDUARDO PAES

D.O.RIO de 20.08.2024